



**DISCIPLINA: PSICOPEDAGOGIA
CLÍNICA E HOSPITALAR E OS
RECURSOS SVEDEÍVEIS PARA
O ATENDIMENTO HOSPITALAR**

Sumário

Apresentação	9
A Autora	10
Capítulo 1	
A psicopedagogia no contexto institucional	11
1.1 As dimensões do trabalho na prática psicopedagógica institucional.....	11
1.1.1 O objeto da psicopedagogia institucional	13
1.1.2 Fundamentos da psicopedagogia institucional	14
1.1.3 Campos de atuação da psicopedagogia institucional	16
1.1.4 A prática psicopedagógica institucional	18
1.2 A investigação em psicopedagogia institucional	18
1.2.1 Objetivos da atuação do psicopedagogo na instituição	19
1.2.2 A investigação no contexto da instituição: problemas e hipóteses	19
1.2.3 O coletivo institucional e a construção de conhecimento	20
1.2.4 O caráter preventivo da psicopedagogia institucional	21
1.3 A psicopedagogia institucional e a escola inclusiva	22
1.3.1 Inclusão e a escola inclusiva	23
1.3.2 Escolas especiais e escolas inclusivas	24
1.3.3 Somando forças: a contribuição da psicopedagogia institucional na construção de uma escola inclusiva	25
1.4 Ética no trabalho psicopedagógico institucional	25
1.4.1 Ética e o trabalho em psicopedagogia institucional	26
1.4.2 O coletivo institucional: as relações na instituição	27
1.4.3 Código de ética profissional sob a perspectiva institucional	28
Referências	29

Capítulo 2

Avaliação e intervenção no contexto psicopedagógico institucional.....	31
2.1 A avaliação: coletando pistas de investigação.....	32
2.1.1 Objetivo da avaliação	32
2.1.2 Métodos de avaliação	33
2.1.3 Iniciando a investigação: conhecendo o campo e seus atores	36
2.2 Diagnóstico: identificando, conhecendo e elaborando hipóteses.....	37
2.2.1 Objetivo do diagnóstico institucional.....	38
2.2.2 Relacionando os dados coletados na investigação: construindo o problema	39
2.2.3 Construindo hipóteses de trabalho.....	39
2.3 Intervindo na dinâmica institucional.....	41
2.3.1 Objetivo da intervenção.....	42
2.3.2 Metodologias de intervenção nas instituições de ensino	43
2.3.3 Entrevistas.....	44
2.3.4 Grupo operativo	45
2.4 Construindo conhecimento	46
2.4.1 O trabalho com os professores	47
2.4.2 O trabalho interdisciplinar	48
2.4.3 O trabalho com as famílias.....	49
2.4.4 A construção coletiva do conhecimento como forma de intervenção	49
Referências	50

Capítulo 3

Um olhar para a psicopedagogia institucional: dos <i>cases</i> a instrumentos práticos e devolutivos.....	51
3.1 A avaliação psicopedagógica na instituição: reconhecendo o ambiente	52
3.1.1 Os personagens na instituição	54
3.1.2 Os primeiros contatos com os alunos.....	55

Apresentação

A psicopedagogia se firmou como uma área de trabalho na qual os conhecimentos das áreas humanas, sociais e da saúde se unem em favor da compreensão de como os seres humanos aprendem, uma questão sobre a qual filósofos, psicólogos e pedagogos têm se debruçado desde que são registradas suas ideias. Este é um tema permanente para as ciências, pois a aprendizagem e o conhecimento se movem com a evolução da sociedade, da própria ciência e das tecnologias.

Nesta obra, vamos conhecer a psicopedagogia nas vertentes clínica e institucional, seus fundamentos teóricos e como se processam suas práticas.

A Autora

A professora **LUCIANA MUNIZ** é Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela UFRJ. É Especialista em Educação Infantil pela PUC-RJ. Trabalha com educação à distância desde 2009, em cursos para formação de professores e formação continuada em educação inclusiva. Atualmente, é professora de Pedagogia e supervisora pedagógica em uma escola na rede particular de ensino.

Currículo Lattes:

<lattes.cnpq.br/6035945793318810>

Esta obra é dedicada a todos os profissionais comprometidos com o desenvolvimento de uma educação de qualidade para todos e que, principalmente, não se cansam de sempre aprender.



1 A psicopedagogia no contexto institucional

Em um mundo de constantes – e cada vez mais rápidas – transformações, é preciso acompanhar o ritmo dessas novidades. Isto implica novas aprendizagens, novos conhecimentos e, conseqüentemente, novas formas de fazer. No conjunto das instituições que compõem nossa sociedade, essas mudanças impõem desafios, provocando uma reorganização dos serviços e a atualização de seus profissionais.

A psicopedagogia trata do aprender; uma capacidade humana que, aliada à vontade de transformar e empreender, tem conduzido nossa evolução no mundo. No contexto institucional, a visão psicopedagógica amplia o horizonte de aprendizagem, assumindo os grupos sociais como organismos vivos com dinâmicas e pensamentos próprios.

O aprender tem seu tempo e seu lugar, é um processo dinâmico e interativo. Aprendemos sempre: em algum momento, em algum lugar e, sempre, com os outros. Interação e construção são os elementos que definem o aprender humano. A linguagem vem para construir a cultura, além de estruturar a comunicação e as trocas de conhecimentos.

A psicopedagogia no contexto institucional busca favorecer ainda mais as trocas entre os participantes e, ao trabalhar com os grupos, impulsioná-los na direção de um conhecimento compartilhado.

1.1 As dimensões do trabalho na prática psicopedagógica institucional

O aprender é um tema fundamental para entender o ser humano. Buscamos compreender o que é a aprendizagem humana a partir de textos e autores da filosofia, da psicologia e da pedagogia.

A psicopedagogia surge no Brasil em meados do século XX como uma área de estudo específica para a investigação do processo de aprendizagem. Mais voltada ao contexto escolar, em suas origens, os conhecimentos da psicopedagogia têm assessorado as equipes escolares, a comunidade escolar e as famílias, ao focar os problemas de aprendizagem, indagando métodos e metodologias – em outras palavras, como se aprende.

Tendo por definição a psicopedagogia como sendo a área responsável pelo processo de aprendizagem, envolvendo o conhecimento, sua aquisição, distorções e desenvolvimento, intervindo neste processo por meio de procedimentos e estratégias que consideram a individualidade do indivíduo, e por objeto de estudo o homem enquanto ser em processo de construção do conhecimento, ou seja, o ser cognoscente, pode-se afirmar que a psicopedagogia tem por objeto de estudo o processo de aprendizagem, identificado como processo de conhecimento, que se ancora de algum modo no indivíduo (COSTA *et al.*, 2015, p.183).

A psicopedagogia se divide em duas vertentes: a clínica e a institucional. Elas têm em comum:

- a aprendizagem como objeto de estudos, seja coletiva ou individual;
- a fundamentação teórica, a psicanálise, a psicogênese do conhecimento e a psicologia;
- uma prática investigativa que procede por meio da identificação de um problema, formulação de hipóteses e intervenção;
- a produção de conhecimento ou autoria de pensamento como os objetivos do trabalho da psicopedagogia.

O que difere as duas vertentes é o campo de trabalho e os procedimentos ou técnicas de investigação apropriados a cada uma delas. O **psicopedagogo clínico** tem o enfoque na aprendizagem individual, de um sujeito, em um contexto e com uma história específica.

A **psicopedagogia institucional** está relacionada aos problemas de aprendizagem que se verificam na dinâmica de um grupo social, em instituições como hospitais, empresas e escolas. O enfoque está no coletivo ou grupo social que forma a instituição. O psicopedagogo assessora a instituição ajudando os profissionais a melhorarem suas capacidades de ensino e de aprendizagem, favorecendo os vínculos relacionais e, conseqüentemente, a instituição como um todo.

Comumente, associamos à escola a prática da psicopedagogia. Tomando como exemplo essa instituição, citamos uma interessante distinção entre as diferentes versões de atuação do psicopedagogo institucional na escola, formulada por Weiss (1994 *apud* VERCELLI, 2012):

- **A primeira versão** assume que o profissional com especialização em psicopedagogia atua como assessor psicopedagógico, papel em que ouve e conversa sobre a escola com os diferentes profissionais que nela trabalham.
- **A segunda versão** considera que a psicopedagogia institucional deve envolver todos os trabalhos executados no ambiente escolar que dão suporte pedagógico e/ou clínicos e por iniciativa da equipe de profissionais que trabalha na escola.
- **A terceira versão** destaca que a psicopedagogia institucional deve ser um trabalho de prevenção dos problemas de aprendizagem. A palavra *prevenção* se relaciona com a melhoria das condições externas que a escola proporciona para conduzir a construção da aprendizagem.

A prevenção, por meio da construção de um conhecimento individual ou coletivo, caracteriza a prática da psicopedagogia.

Neste capítulo, vamos descrever o que é a psicopedagogia institucional, seus fundamentos, objetivos, metodologias e campos de atuação. Discutiremos também como o psicopedagogo institucional pode assessorar a escola na transformação para a educação inclusiva. As questões éticas fecham o capítulo ressaltando os limites relacionais entre os profissionais envolvidos no trabalho prático da psicopedagogia institucional.

1.1.1 O objeto da psicopedagogia institucional

Os **seres humanos** se reúnem em grupos desde o início dos tempos. Essa reunião foi, ao longo da evolução das sociedades, impondo um modo de organização baseado em ideias e ideologias de diferentes ordens sociais, religiosas ou culturais, ou ainda para exercer uma função social. Algumas dessas organizações denominamos *instituições*.



“O ser humano solitário é um ser no nível animal. Logo que observamos fenômenos especificamente humanos entramos no reino social. A humanidade específica do homem e sua sociabilidade estão inextricavelmente entrelaçadas. O *homo sapiens* é sempre, e na mesma medida, *homo socius*” (BERGER; LUCKMAN, 1985, p. 75)

Para entender o que é uma instituição, podemos partir de alguns exemplos bem conhecidos. Dizemos que a família é uma instituição social, pois é um modo de organização característico de um grupo social ou sociedade em uma determinada cultura. Além disso, os que se dizem membros daquela família compartilham de uma mesma ideologia de família, ou de um mesmo conhecimento, que é cultural, a respeito do que é família.

As organizações religiosas ou, no senso comum, as religiões, também podem ser consideradas instituições. Da mesma forma, aqueles que se dizem membros de uma mesma religião compartilham e concordam com as ideias que os fazem se organizar sob uma determinada nomeação religiosa.

Seguindo o raciocínio das organizações, encontramos as instituições que reúnem indivíduos sob o pretexto de realizar uma função social. Estão nesta categoria, por exemplo, a escola, os hospitais e as empresas – campos de atuação da psicopedagogia institucional. Esses grupos organizados se reúnem em torno do exercício de um trabalho ou profissão, a serviço da sociedade onde se estabelecem. São parte da cultura de uma sociedade.



A psicopedagogia institucional atua em um grupo, ou o que chamamos de *coletivo institucional*, que pode ser definido como um conjunto de pessoas que atuam em favor de um mesmo objetivo ou função social.

Podemos dizer, então, que **o objeto da psicopedagogia institucional são os processos de aprendizagem** que se constroem nas relações sociais, ou seja, que são produzidos socialmente. A intervenção psicopedagógica, nesse caso, tem por objetivo conhecer a dinâmica do grupo, identificar como ocorre esse processo, produzir novas aprendizagens, ressignificando os conhecimentos existentes. As técnicas utilizadas no processo da prática institucional conduzem à abertura de um espaço de construção de conhecimento em que os indivíduos se reconheçam como integrantes do grupo e da instituição.

Assim, no ambiente escolar, por exemplo, o psicopedagogo pode ser chamado para atuar devido a uma questão relacionada às dificuldades de aprendizagem de um aluno particular e, a partir dos dados de observação e pesquisa no atendimento individual, inferir que a questão diz respeito à escola, ou melhor, à instituição, enquanto sistema de ensino e aprendizagem. Isto faz com que passemos de uma perspectiva individual ou particular para uma perspectiva coletiva ou institucional.

1.1.2 Fundamentos da psicopedagogia institucional

Para compreender o fenômeno da aprendizagem em todas as suas dimensões – social, cognitiva e emocional –, a psicopedagogia institucional se construiu e se fundamenta em teorias da psicologia social, nas teorias da aprendizagem, ou psicogênese, e na psicanálise. A confluência entre esses saberes levou um dos principais autores da psicopedagogia a desenvolver o conceito de **epistemologia convergente**. Jorge Visca, pesquisador e psicopedagogo argentino, concebeu esse termo para caracterizar a interseção entre esses saberes que convergem contribuindo para o entendimento e a prática da psicopedagogia.



A epistemologia, ou teoria do conhecimento, é uma área da filosofia que estuda a origem e a evolução dos conhecimentos. A epistemologia convergente é uma construção teórica, específica da psicopedagogia, que surge da integração entre a psicogênese, a psicanálise e a psicologia social.

Junto a Jorge Visca, devemos citar Alicia Fernández, que traz um conceito fundamental, o de **modalidades de aprendizagem**, e Sara Pain, psicanalista, que se dedicou a desenvolver estudos que tratam da relação dos indivíduos com a aprendizagem, no que se refere às emoções, às motivações e à dinâmica psíquica da aprendizagem. Esses autores e seus estudos são considerados os expoentes da psicopedagogia argentina e os responsáveis por firmar a psicopedagogia como área de estudos e prática. Seus trabalhos impulsionaram o desenvolvimento da psicopedagogia definitivamente.



Modalidade de aprendizagem é um conceito psicopedagógico desenvolvido por Alicia Fernández e diz respeito à forma como os indivíduos se relacionam e se aproximam do objeto de conhecimento, desenvolvendo modos particulares e singulares do aprender, individuais ou em grupo.

Na dimensão social, a psicopedagogia institucional tem nos trabalhos de Enrique Pichón-Rivière, em psicologia social, uma contribuição fundamental, ao abordar o conceito de *vínculo* enfocando o processo de formação e de manutenção de grupos:

Pichón-Rivière (1995) defende que o aprendizado em grupo implica em uma relação dinâmica e dialética do homem no contexto social, considerando o homem um ser cujas necessidades são satisfeitas socialmente. Assim, o aprendizado depende do 'outro', das relações estabelecidas entre esse 'outro' e o ambiente. Para aprender, é necessário tornar explícito o implícito – medos, vínculos internos (VERCELLI, 2012, p. 76).

Nesse sentido, encontramos nos trabalhos de Pichón-Rivière elementos teóricos para compreender a dinâmica de grupo, no sentido de como as relações se constroem e se mantêm. É importante ressaltar que, para a vertente institucional, não somente os vínculos afetivos são analisados, mas também as características ideológicas próprias de cada contexto institucional. Assim, em uma empresa, a coesão do grupo (sua força de relação) está na função ou na missão da empresa, à qual seus membros estão submetidos.

Na dimensão cognitiva, as ideias da abordagem construtivista da aprendizagem, que têm em Jean Piaget o principal teórico e pesquisador, completam a tríade da epistemologia convergente. Ao pesquisar a origem do conhecimento, isto é, como o homem aprende, Piaget funda a psicogênese do conhecimento. Suas ideias continuam ativas e servem de base para a compreensão dos mecanismos cognitivos implicados no processo de aprendizagem. Ao trabalhar com grupos e sua aprendizagem e conhecimentos, a psicopedagogia institucional se baseia nas ideias do construtivismo, que representa uma forma de aprendizagem em que as interações e a atividade dos sujeitos têm um papel fundamental.

A psicopedagogia em sua evolução como área de estudos desenvolveu métodos e técnicas próprias na convergência das teorias citadas anteriormente, consolidando sua prática.

O trabalho com grupos fez com que o psicopedagogo ultrapassasse as fronteiras da escola e levasse seus conhecimentos e técnicas para outros grupos e instituições. Abordaremos a seguir os campos de atuação da psicopedagogia.

1.1.3 Campos de atuação da psicopedagogia institucional

Podemos considerar a psicopedagogia institucional em uma abordagem ampla, que vai além das dificuldades de aprendizagem no âmbito das instituições de ensino. Vamos considerar sua prática como uma contribuição para o desenvolvimento e manutenção de instituições e dos grupos que a constituem.

Se partirmos da premissa de que a psicopedagogia objetiva trabalhar a aprendizagem, intervindo em favor de uma mudança nos princípios e ideologias que caracterizam os grupos sociais, podemos ver essa atuação não somente em escolas, onde é mais conhecida, mas também em hospitais e empresas.



As empresas são instituições sociais cuja organização se dá em virtude de uma função social. Assim, por exemplo, uma determinada empresa, ao identificar problemas de comunicação entre seus setores e funcionários, conclui que precisa rever suas rotinas e criar novos recursos. Para saber que caminho seguir na direção de uma melhoria nas rotinas de comunicação, pode

decidir fazê-lo pelas vias da psicopedagogia. A análise do problema e a intervenção estariam diretamente ligadas à escuta dos profissionais envolvidos, aos princípios ou à missão da empresa e ao ambiente onde estes se encontram. Ao dar voz a seus funcionários e buscar identificar onde está o foco do problema, o psicopedagogo projeta uma intervenção que se baseie em soluções fundamentadas em uma nova forma de olhar o problema. O conhecimento do problema e a forma de intervenção que busca solução estão alicerçados na construção de um conhecimento coletivo capaz de gerar recursos e soluções para o problema anterior.

Em hospitais, encontramos duas formas de atuação do psicopedagogo. A primeira diz respeito ao assessoramento às classes hospitalares que proporcionam ensino a pacientes com longo tempo de internação. Nesse caso, na maioria das vezes, crianças e adolescentes. De acordo com Porto (2010, p. 22, grifo nosso):

A proposta da psicopedagogia hospitalar é ser o interlocutor não só de crianças, mas também de todos aqueles que passam por internações sejam elas, curtas, médias e de longa duração, doenças crônicas e de pacientes terminais, **dando o melhor de nossa atenção e técnica, mas criando um mundo, onde pessoas se preocupam com outras.**

Outra forma de atuação nas instituições de saúde se refere às relações humanas no ambiente hospitalar. Há alguns anos, o Sistema Único de Saúde (SUS), do Governo Federal, lançou uma campanha pela **humanização** dos hospitais de sua rede. A partir

da observação das rotinas hospitalares e com a contribuição da psicologia hospitalar, verificou-se que a relação entre pacientes e as equipes médicas e de enfermagem necessitava de atenção. Era preciso reaprender a se relacionar em um ambiente (hospital) onde essas relações são atravessadas por rotinas normalmente automatizadas e impessoais. Além disso, as contribuições das pesquisas em psicologia trouxeram a informação que a saúde começa em uma relação e ambiente também saudáveis e que os índices de melhora dos pacientes é beneficiado com esses aspectos.



Humanização em saúde é o nome que se dá ao trabalho realizado em hospitais que busca resgatar as relações entre pacientes e equipes hospitalares. Esse trabalho conta com uma reconstrução das relações e interfere diretamente sobre a saúde.

Deixamos para o final as escolas, pois é o mais conhecido campo de atuação da psicopedagogia, tanto clínica quanto institucional. Na vertente institucional em escolas, o psicopedagogo pode fazer parte da equipe de profissionais ou prestar uma assessoria eventual. O ponto de partida pode ser o aluno com dificuldades ou o sistema de ensino que precisa ser revisto, em suas metodologias ou princípios, e a elaboração de estratégias de prevenção, como projetos que podem envolver tanto a equipe escolar como as famílias e os alunos. Portella e Hickel (2010, p. 374) contribuem para esse entendimento ao afirmarem que:

As práticas da psicopedagogia em relação à escola ocorrem no sentido de prevenir dificuldades, de promover os aspectos facilitadores da aprendizagem, buscando construir estratégias de intervenção junto à equipe pedagógica, para o atendimento das necessidades educativas dos alunos. [...] Em se tratando de espaço escolar considera-se, ainda, os elementos que conformam social e culturalmente sua instituição, o que complexifica o campo de ação do psicopedagogo, pois no contexto escolar é importante considerar a singularidade da estrutura educativa e, sobretudo, sua função social.

O fracasso escolar tem sido o motivo preponderante nas pesquisas, levando o psicopedagogo a revisar desde o projeto pedagógico da escola, a formação das equipes pedagógicas até o trabalho docente em sala de aula. É muito importante o papel do psicopedagogo institucional ao atuar na formação em serviço, ou formação continuada, levando os docentes a um constante repensar sobre suas práticas pedagógicas.

1.1.4 A prática psicopedagógica institucional

Por tudo o que conhecemos até agora, podemos dizer que a prática em psicopedagogia institucional tem como objetivos:

- a construção de um conhecimento coletivo, por meio de intervenções na dinâmica do grupo;
- a proposição de novas formas de ação para os grupos, que, fundamentadas na produção e ressignificação, sejam capazes de prevenir o aparecimento dessas dificuldades;
- a prevenção de dificuldades de aprendizagem no que diz respeito ao processo de aprendizagem relativo à **ideologia** de um grupo social.



“Falando uma mesma língua” é como poderíamos definir o conceito de ideologia na dinâmica de um grupo: um conjunto de ideias capaz de unir diferentes pessoas em torno de um mesmo ideal e de mantê-los unidos. As ideologias são um conjunto de ideias que conformam as sociedades e as instituições.

O primeiro passo na direção dos objetivos descritos para a prática psicopedagógica é a investigação, com procedimentos que inserem o psicopedagogo no meio institucional e que possibilitam sua prática. Para compreender melhor, nos próximos tópicos vamos ver o que estamos chamando de *investigação* e como ela acontece.

1.2 A investigação em psicopedagogia institucional

Podemos dizer que o psicopedagogo é um investigador. Seu trabalho deve ir além das evidências e do que é relatado, conseguindo ler as entrelinhas, os não ditos e os silêncios.

A partir da indicação, por parte da instituição, de um problema, o psicopedagogo procede a uma avaliação diagnóstica para levantar os elementos que possam caracterizar o problema e os atores sociais implicados.

Essa investigação ocorre em uma sequência de procedimentos capazes de caracterizar ou descrever uma determinada situação: analisar as relações humanas ou o grupo implicado no aparecimento do problema e buscar levantar hipóteses que orientem o trabalho da prática.

Feito isso, o psicopedagogo tem em mãos os indícios ou pistas que lhe permitem estabelecer uma forma de intervenção que leve o grupo ou o coletivo a discutir e repensar a situação e, ao final, construir um conhecimento que passa a ser próprio daquele grupo e que se acredita capaz de empenhar novas ações, ou novas formas de atuar, com uma autoria de pensamento.

Vamos ver, nos próximos tópicos, como funciona cada um desses aspectos que caracterizam os procedimentos e metodologias da prática psicopedagógica.

1.2.1 Objetivos da atuação do psicopedagogo na instituição

O objetivo da atuação do psicopedagogo na instituição é compreender o processo de aprendizagem para intervir, produzir conhecimento e, assim, prevenir o aparecimento de novos obstáculos à aprendizagem. De acordo com Noffs *et al.* (2014, p. 301):

Identificamos nas pesquisas realizadas por Noffs que a prática psicopedagógica institucional deverá criar e manter vínculos sadios como elemento essencial para que as relações grupais de interação e integração ocorram. Essas relações aliadas à 'busca do conhecer e do refletir' – agir e refletir é o elemento da prática psicopedagógica institucional como a inovação da escola.



O psicopedagogo na instituição atua como assessor ou consultor, proporcionando à equipe da instituição um outro olhar sobre a dinâmica institucional. Sua principal função tem por objetivo detectar o foco das dificuldades identificadas e elaborar estratégias de avaliação e intervenção adequadas ao grupo.

No trabalho com os grupos institucionais, o psicopedagogo pode assumir o papel de mediador nas atividades de reflexão ou mesmo em situações de conflito.

Seus principais instrumentos de trabalho são: o conhecimento das teorias que embasam a prática da psicopedagogia, a escuta e o olhar sensíveis e uma postura ética, acima de tudo.

O profissional da psicopedagogia é um investigador, busca encontrar os indícios e pistas que o levem às estratégias de intervenção. Sobre esse caráter investigativo, seguimos para o próximo tópico.

1.2.2 A investigação no contexto da instituição: problemas e hipóteses

Problemas e hipóteses são os elementos que guiam todas as investigações e pesquisas. No meio acadêmico, costumamos realizar pesquisas valendo-nos das premissas do *método científico*. Na psicopedagogia, nos valem de premissas que se baseiam no *método clínico* de investigação.

Quais seriam essas diferenças? O ponto de partida, em ambos os métodos, seria a insatisfação com o conhecimento posto ou em curso, ou a identificação de um obstáculo à evolução do conhecimento. O que temos por sabido, ou conhecido, não é suficiente para explicar os fenômenos visíveis.

Inicia-se então um trabalho de levantamento de dados, na avaliação do campo institucional, capaz de fornecer elementos para confrontar o problema alegado e o problema que vai se conformando no processo de avaliação e diagnóstico.

O método clínico de investigação na psicopedagogia se baseia no método de investigação construtivista, usado por Piaget, que busca acessar, por meio de intervenções na linguagem, as origens dos comportamentos manifestos.

Dessa forma, torna-se possível desconstruir e construir novas aprendizagens e conhecimentos, com a participação ativa dos indivíduos.

1.2.3 O coletivo institucional e a construção de conhecimento

A construção do conhecimento é um dos objetivos do trabalho prático em psicopedagogia. A interação é uma das condições para que se construa conhecimento. Nas interações sociais, que é o mesmo que as interações com o meio, já que os seres humanos são seres sociais, há desafios, contrastes, comparações e a consciência do que desconhecemos e nos é apresentado por outro.

O coletivo institucional como o grupo social, definido como tal por pertencer a uma comunidade ou instituição, é um lugar de trocas por excelência. A identidade como coletivo institucional se dá por esse sentimento de pertinência e por comungarem de uma mesma cultura institucional. Voluntariamente ou não, os membros da instituição compartilham das ideias institucionais que são próprias a esta.

Em um artigo que Visca (1990) aponta para os desafios da psicopedagogia no terceiro milênio, o autor comenta sobre a aprendizagem em grupo: “[...] é necessário se aprofundar nos conceitos de aprendizagem grupal, institucional e comunitária. Indivíduo, grupo, instituição e comunidade são, sem dúvida alguma, organismos vivos que aprendem”.



Considerar os grupos como organismos vivos que aprendem é o caráter do que chamamos de *coletivo institucional*; o grupo ou coletivo é vivo por sua dinâmica existencial.

O psicopedagogo institucional investiga as estratégias e os mecanismos intergrupais da aprendizagem institucional e, no âmbito grupal, o conjunto de pessoas, suas estratégias e os mecanismos interpessoais da aprendizagem intragrupal (VISCA, 1999).

Uma das características mais importantes do trabalho prático em psicopedagogia, seja clínica ou institucional, é a construção de conhecimento ou autoria de pensamento. A intervenção no trabalho prático da psicopedagogia institucional tem a **autoria de pensamento** como objetivo. O aporte de novas ideias que o trabalho de intervenção no grupo busca produzir se dá coletivamente e deve ser capaz de instaurar novas relações entre os membros e em sua participação no todo institucional.

Esse movimento na dinâmica institucional pretende também abrir espaço e novas estruturas de pensamento grupal que possam significar fazer com que o grupo avance e não repita a dinâmica que justificou o trabalho de intervenção.

Assim se caracterizaria a prevenção de acordo com o trabalho psicopedagógico, que veremos a seguir.

1.2.4 O caráter preventivo da psicopedagogia institucional

Entendemos que, para prevenir, é preciso que se conheça aquilo do qual se previne. Nós nos prevenimos de algo que não queremos que aconteça ou que se repita. Para chegar a esse consenso, há um caminho a ser percorrido, um caminho que é **aprendido**.

É justamente nesse processo de aprendizagem que a psicopedagogia institucional pode atuar.

Segundo Fagali e Vale (2011, p. 11), na escola, o trabalho preventivo está relacionado ao desenvolvimento de assessorias para pedagogos, orientadores e professores das instituições de ensino. Ainda de acordo com as autoras, o trabalho psicopedagógico de cunho preventivo se destaca em variadas formas de intervenção:

- releitura e reelaboração no desenvolvimento das programações curriculares, com a atenção voltada para a articulação dos aspectos afetivos-cognitivos, de acordo com o desenvolvimento integrado da criança e do adolescente;
- análise pormenorizada dos conceitos, com o desenvolvimento de atividades que ampliem as distintas maneiras de trabalhar o conteúdo programático. Aqui, a intenção é que o aluno atue operativamente nos diferentes níveis de escolaridade. Essa prática é complementada pelo treinamento e o desenvolvimento de projetos com os professores;
- criação de materiais, textos e livros para o uso do próprio aluno, para desenvolver seu raciocínio, construir o conhecimento de forma criativa e integrar afeto e cognição no diálogo com as informações.

Portanto, o que chamamos de prevenção não é a antecipação de problemas, mas a reavaliação dos modos de fazer e aprender do grupo social para que se abram a novos conhecimentos e aprendizagens. A intervenção psicopedagógica coloca em questão os atuais referenciais para que outros possam ser aprendidos e incorporados.

Este é o caso do próximo tópico. A educação inclusiva tem trazido novas formas de conceber a educação e seus processos e, assim, provoca um repensar sobre as estratégias e concepções pedagógicas.

1.3 A psicopedagogia institucional e a escola inclusiva

Ao tratar das relações que se estabelecem nas instituições a partir do ponto de vista da psicopedagogia, não poderíamos deixar de falar a respeito do novo paradigma com o qual a educação tem se ocupado nas últimas décadas: o paradigma da inclusão.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais segue o mote da **escola para todos**, que, nas palavras da professora Maria Teresa Mantoan (2011), pode ser definida da seguinte maneira:

A inclusão é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da educação escolar e para o benefício de todos os alunos com e sem deficiência. Depende, contudo, de uma disponibilidade interna para enfrentar as inovações e essa condição não é comum aos sistemas educacionais e aos professores em geral.



A transformação da escola em escola inclusiva traz para o foco uma nova ética das relações e uma abertura dos indivíduos para receber aqueles que antes não estavam “autorizados” a dividir os mesmos conhecimentos de todos os que frequentam a escola regular.

A psicopedagogia tem muito a contribuir na construção e constituição da escola inclusiva ao atuar em favor da aprendizagem e da construção de um conhecimento compartilhado ou coletivo.

Ao avaliar como o aluno aprende, as condições para aprendizagem e a atuação das equipes profissionais de educação, a psicopedagogia institucional tem em suas mãos o material necessário para repensar modalidades de aprendizagem e metodologias que possam ser favoráveis a todos.

Uma mudança de paradigma está relacionada ao campo das ideias, das ideologias. A inclusão traz para a escola novos profissionais – como os de educação especial e os mediadores –, que trazem novos olhares e concepções sobre o aprender humano. De acordo com Glat (2009, p.16):

A educação inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras de aprendizagem. Para tornar-se inclusiva a escola deve formar seus professores e equipe de gestão, e rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e nela interferem. Precisa realimentar, sua estrutura e organização seu projeto-político pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas.

Nas palavras da pesquisadora Rosana Glat, a escola e a educação têm pela frente uma grande tarefa. Dissemos que a psicopedagogia institucional atua na revisão de métodos e metodologias de ensino, quando um obstáculo se interpõe entre o aluno e a aprendizagem. A assessoria psicopedagógica traz um olhar diferenciado para a inclusão.

1.3.1 Inclusão e a escola inclusiva

Antes de chegarmos à ideia de inclusão com a qual hoje trabalhamos, falava-se de integração de alunos especiais às escolas regulares. No entanto, a própria presença dos alunos na escola mostrou que a ideia de integração não era suficiente para fazer com que esses alunos tivessem o melhor aproveitamento para a aprendizagem.

Não era suficiente integrar os alunos à escola e manter os mesmos métodos de ensino e aprendizagem, já que o público havia mudado; menos ainda colocá-los em classes especiais, o que obviamente é um contrassenso com a inclusão.

Por vezes, o aluno com **Necessidades Educacionais Especiais (NEE)** era deixado à parte por não conseguir acompanhar a turma. A ele, eram oferecidas atividades e um conteúdo adaptado, levando em consideração o que ele podia fazer, ou seja, focando mais em suas limitações e não em suas potencialidades. De acordo com Glat (2009, p. 26):

Necessidades educacionais especiais não é o mesmo que deficiência. O conceito de deficiência se reporta às condições orgânicas do indivíduo, que podem resultar em uma necessidade educacional, porém não obrigatoriamente. O conceito de necessidade educacional especial, por sua vez, está intimamente relacionado à interação do aluno à proposta ou realidade educativa com a qual ele se depara.



Necessidades Educacionais Especiais (NEE) são apresentadas por alunos com diferenças qualitativas no desenvolvimento devido a deficiências físicas, motoras, sensoriais e/ou cognitivas, distúrbios psicológicos e/ou de comportamento (condutas típicas e com altas habilidades) (GLAT, 2009).

A escola inclusiva é uma instituição em processo. Para que ela se estabeleça, faz-se necessária a revisão da concepção de educação que as escolas sustentam e que expressam em seus projetos político-pedagógicos. É uma mudança que passa pelo indivíduo, pelo profissional da educação e pelo coletivo, a equipe técnico-pedagógica.

Um primeiro esforço nessa direção já vem sendo empreendido, que é a extinção progressiva das escolas especiais e o acolhimento dos alunos nas escolas regulares. Veremos a seguir.

1.3.2 Escolas especiais e escolas inclusivas

Para a abordagem da psicopedagogia institucional, é importante que façamos a distinção entre a escola especial, em extinção gradual por lei, e a escola inclusiva, meta a ser alcançada por todas as escolas. Um dos fatores que ocasionaram a necessidade da mudança da educação especial para educação inclusiva foi a transição do modelo médico para o modelo pedagógico na avaliação da aprendizagem de alunos que apresentam deficiências, ou o que hoje chamamos de necessidades educacionais especiais.

As escolas especiais, por definição, são aquelas nas quais os alunos com necessidades educacionais especiais obtinham uma educação formal, na medida de suas possibilidades físicas e cognitivas. O modelo médico era o modelo vigente nas escolas especiais. Nestas, não havia contato com outros alunos que não apresentassem deficiências, como em uma escola regular. Não havia expectativa de que as crianças pudessem aprender como as outras ditas “normais”. Em geral, as crianças aprendiam habilidades e competências predeterminadas, mais de acordo com suas limitações do que com suas potencialidades.

Outro ponto que colaborou para a dissolução das escolas especiais diz respeito a seu isolamento e afastamento da realidade social, excluindo o aluno de um contato com o meio e com a sociedade e, principalmente, com outros alunos.

O conceito de escolas inclusivas pretende romper com o afastamento e inserir os alunos em uma realidade compartilhada por outros, ou melhor, por todos.

O desenvolvimento das ideias da psicopedagogia, no que tange ao estudo do desenvolvimento e aprendizagem de habilidades e competências, tem contribuído para o acompanhamento individual na inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares.

Na transição para uma escola inclusiva, uma nova concepção de educação dá lugar às ideias que previam resultados iguais para pessoas diferentes. A inteligência e o aprender são capacidades intrínsecas e constitutivas dos seres humanos de sua subjetividade. Compreender essa nova perspectiva não tem sido uma tarefa fácil para a escola e suas equipes.

A psicopedagogia institucional pode contribuir com a transição da escola para uma perspectiva inclusiva ao trabalhar, com as equipes técnicas e docente, suas concepções de educação e sobre as potencialidades humanas frente às deficiências.

1.3.3 Somando forças: a contribuição da psicopedagogia institucional na construção de uma escola inclusiva

Os conhecimentos advindos da prática e das teorias que embasam a psicopedagogia podem contribuir significativamente para o progresso das ideias sobre inclusão nas escolas e, conseqüentemente, na pedagogia e nos métodos e estratégias de ensino e aprendizagem para os alunos com NEE. Segundo Vercelli (2012, p. 73):

À escola cabe oferecer condições para que a criança permaneça na instituição e que sua aprendizagem ocorra de forma eficaz, caso contrário continuaremos a presenciar a exclusão dentro do próprio ambiente escolar cujo espaço tem por meta a inclusão de todos. Assim, cabe ao psicopedagogo institucional, junto com a equipe escolar avaliar os fatores que interferem na aprendizagem dos alunos e suas causas.

O trabalho com grupos, realizado pela psicopedagogia institucional, pode vir a gerar mudanças de atitudes no coletivo da escola, o que representa, no caminho para uma escola inclusiva, mais uma força que se junta à equipe escolar. O olhar sobre a instituição e seus membros, próprio ao trabalho da psicopedagogia, pode apontar aspectos, pensamentos e ações.



© Africa Studio // Shutterstock

Ao falar de relações, para fechar este capítulo, vamos discutir o que é a ética no trabalho em psicopedagogia institucional, assim como a ética nas relações institucionais.

1.4 Ética no trabalho psicopedagógico institucional

A ética é a disciplina que cuida das relações. Quando pensamos em ética, o que vem à mente primeiro é a ética como um julgamento moral, *isto é ético ou não*. Nesse sentido, chamamos de um comportamento antiético àquele que não é aceito pela maioria das pessoas e que é capaz de levar a um julgamento negativo sobre quem o produz. Do ponto de vista da filosofia, na qual os estudos sobre ética têm origem e se desenvolvem, encontramos no texto de Vásquez (1995, p. 5) o seguinte esclarecimento:

É este o ponto em que a ética pode servir para fundamentar uma moral, sem ser em si mesma normativa ou preceptiva. A moral não é ciência, mas objeto da ciência; e, neste sentido, é por ela estudada e investigada. A ética não é a moral e, portanto, não pode ser reduzida a um conjunto de normas e prescrições; sua missão é explicar a moral efetiva e, neste sentido, pode influir na própria moral. Seu objeto de estudo é constituído por um tipo de atos humanos: os atos conscientes e voluntários dos indivíduos que afetam outros indivíduos, determinados grupos sociais ou a sociedade em seu conjunto.

Um trabalho que tem por objeto a aprendizagem, relativa aos seres humanos e suas relações, é um trabalho que deve discutir questões éticas. A ética, nesse caso, estuda o comportamento social mantido em conformidade com regras de conduta social estabelecidas por um determinado grupo social.

Nesse sentido, quando enfocamos a ética na psicopedagogia institucional, dois eixos de análise se destacam: a) a ética na atuação do profissional da psicopedagogia, em meio a um grupo social ao qual ele não pertence, b) e a ética que envolve as relações sociais de um determinado grupo e que o mantém. Nos próximos tópicos, vamos discutir brevemente os dois eixos de análise sobre a ética no trabalho psicopedagógico institucional.

1.4.1 Ética e o trabalho em psicopedagogia institucional

O contexto institucional de um grupo encerra uma ética própria a seus membros e sua razão de ser institucional. O psicopedagogo institucional é um novo elemento dentro dessa dinâmica relacional. Ele vai atuar em um ambiente de relações em que deve conhecer e considerar seus parâmetros éticos, além dos que são próprios a sua profissão. As metodologias de intervenção devem respeitar a dinâmica institucional e a ética ali estabelecida.

No que se refere à conduta profissional, o Código de Ética do Psicopedagogo, em seu artigo 10, estabelece que:

Artigo 10

O psicopedagogo procurará desenvolver e manter boas relações com os componentes de diferentes categorias profissionais, observando, para esse fim, o seguinte:

- a) trabalhar nos estritos limites das atividades que lhe são reservadas;
- b) reconhecer os casos pertencentes aos demais campos de especialização, encaminhando-os a profissionais habilitados e qualificados para o atendimento.

(ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA, 2011)

A psicopedagogia tem no processo de aprendizagem seu objeto e limite de ação, seja individual ou coletivo. Isto quer dizer que, mesmo considerando sua origem e natureza interdisciplinar, há limites para sua atuação, e as decisões acerca das intervenções na prática institucional devem ser compartilhadas pelos participantes dos grupos nos quais intervém.



O alvo do trabalho não é a instituição, mas os aspectos relativos à dinâmica institucional e, principalmente, às relações entre seus participantes, no que tange ao pensar e refletir sobre suas ações e escolhas, e que tenham sido apontados como entraves ou obstáculos ao avanço de seu trabalho. Nesse particular, a entrada do psicopedagogo na instituição e especialmente sua relação com o grupo deve conhecer e respeitar as relações estabelecidas de forma ética.

1.4.2 O coletivo institucional: as relações na instituição

A aprendizagem e as relações sociais estão no centro das atenções na psicopedagogia institucional. Um dos conceitos importantes da psicopedagogia institucional é o de coletivo institucional. Mais do que a reunião de pessoas, o coletivo institucional representa o pensar coletivo do grupo ou grupos que formam a instituição. É um organismo vivo e dinâmico, que se estabelece por meio da participação ativa de seus membros, em função de um objetivo comum, relativo ao propósito da instituição.

A prática da psicopedagogia institucional tem por finalidade intervir nesse coletivo, movimentando suas ideias e provocando novas aprendizagens.

O contexto institucional de um grupo, o ambiente ou mesmo sua razão de ser institucional encerram uma ética própria a seus membros. O psicopedagogo institucional é um novo elemento dentro da dinâmica relacional. Ele vai atuar em uma dinâmica de relações em que deve considerar a ética, ou seja, as normas de comportamento e valores estabelecidos.

A ética trata das relações entre os indivíduos e de como elas surgem e funcionam, como um código para a convivência. Ela pode se referir a uma sociedade, a um grupo social e, como aqui nos referimos, a um grupo institucional, o coletivo.

1.4.3 Código de ética profissional sob a perspectiva institucional

As profissões que têm por campo de trabalho as relações humanas e seus comportamentos regulam suas ações por meio de um código de ética. Quanto à atuação profissional, o **Código de Ética do Psicopedagogo** (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA, 2011) postula, no artigo 3º, que a atividade psicopedagógica tem como objetivos:

- promover a aprendizagem, contribuindo para os processos de inclusão escolar e social;
- compreender e propor ações diante das dificuldades de aprendizagem;
- realizar pesquisas científicas no campo da psicopedagogia;
- mediar conflitos relacionados aos processos de aprendizagem.



Os códigos de ética profissionais orientam e regulam a atividade profissional em diversas áreas. O Código de Ética do Psicopedagogo pode ser lido *site* da Associação Brasileira de Psicopedagogia, instituição que orienta e regulamenta a profissão do psicopedagogo (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA, 2011).

Estes quatro itens definem os limites e finalidades da atuação do psicopedagogo. Não significam limitações, mas balizas que preservam a identidade do trabalho e do profissional.

A psicopedagogia institucional, que se iniciou com o trabalho nas instituições de ensino, tem outros campos de atuação a conquistar. Sua atuação nas formas de pensar e agir dos membros dos grupos, do coletivo institucional, pode significar e garantir o sucesso na atividade proposta. A inserção social das instituições depende da inserção de seus participantes nas transformações e mudanças impostas pelo desenvolvimento das sociedades.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. **Código de Ética do Psicopedagogo**. São Paulo: ABPp, 2011. Disponível em: <abpp.com.br/documentos_referencias_codigo_etica.html>. Acesso em: 06/08/2016.
- BERGER, P.; LUCKMAN, T. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BLEGER, J. **Temas de Psicologia: entrevista e grupos**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BOSSA, N. A. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011.
- BRAGA, S. S.; SCOZ, B. J. L.; MUNHOZ, M. L. P. Problemas de aprendizagem e suas relações com a família. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 24, n. 74, p. 149-159, 2007. Disponível em <pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862007000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06/08/2016.
- COSTA, K. *et al.* psicopedagogia em foco: caracterização do status atual dos estudos no Brasil. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 32, n. 98, p. 182-190, 2015. Disponível em <pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862015000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06/08/2016.
- FAGALI, E. Q.; VALE, Z. R. **Psicopedagogia Institucional Aplicada: a aprendizagem escolar dinâmica e construção na sala de aula**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- FERNÁNDEZ, A. **Os Idiomas do Aprendente**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- GLAT, R. (Org.). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.
- MANTOAN, M. T. **Uma Escola de Todos, Para Todos e Com Todos: o mote da inclusão**. Rio de Janeiro: Escola de Gente, 2011. Disponível em: <escoladegente.org.br/noticiaDestaque.php?id=470>. Acesso em: 06/08/2016.
- NOFFS, N. A. *et al.* Proposta de Atuação Psicopedagógica na Diretoria Municipal de Educação de Cajamar. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 31, n. 96, p. 298-310, 2014. Disponível em <pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862014000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06/08/2016.
- PICHON-RIVIÈRE, E. **O Processo Grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- _____. **Teoria do Vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- PORTELLA, F. O.; HICKEL, N. K. Psicopedagogia no Cotidiano Escolar: impasses e descobertas com o ensino de nove anos. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 27, n. 84, p. 372-384, 2010. Disponível em <pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06/08/2016.

PORTO, O. **Psicopedagogia Hospitalar**: intermediando a humanização na saúde. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

VÁSQUEZ, A. S. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

VERCELLI, L. C. A. O Trabalho do Psicopedagogo Institucional. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 12, n. 139, dez. 2012. Disponível em: <www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/17281>. Acesso em: 06/08/2016.

VISCA, J. **Psicopedagogia**: novas contribuições. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

VISCA, J. **Os Caminhos da Psicopedagogia no 3º Milênio**. São Paulo: ABPp, 1999. Disponível em: <psicopedagogia.com.br/new1_artigo.asp?entrID=15#.V6vVGpgrLIU>. Acesso em: 06/08/2016.

_____. **Clínica Psicopedagógica**: epistemologia convergente. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2010.

2 Avaliação e intervenção no contexto psicopedagógico institucional

A aprendizagem é o objeto de trabalho da psicopedagogia. Compreender como nós aprendemos em diferentes contextos tem guiado os estudos dos psicopedagogos sempre tendo como ponto de partida a experiência da prática. A psicopedagogia institucional é uma das vertentes da psicopedagogia junto com a psicopedagogia clínica. O que as difere é o público-alvo, o grupo ou o indivíduo e, consequentemente, as estratégias do trabalho em campo. Os fundamentos teóricos são os mesmos com contribuições da psicologia, pedagogia e psicogênese.

Como área de estudos, a psicopedagogia se desenvolveu, primeiramente, no intuito de compreender e intervir nas dificuldades de aprendizagem, buscando a adaptação do indivíduo ao contexto de aprendizagem. A partir daí, seus estudos descortinaram um horizonte mais amplo, incluindo, além dos aspectos cognitivos, os emocionais e sociais. Esta é sua grande contribuição: abordar a aprendizagem humana considerando o sujeito por inteiro.

O aprender não se restringe a uma capacidade do ser humano que se desenvolve exclusivamente por meio da racionalidade. As pessoas entram de corpo inteiro em suas descobertas, as quais envolvem, além do raciocínio, as emoções, motivações individuais e influências do meio social.

No caso da psicopedagogia institucional, à qual vamos dar atenção neste capítulo, o meio social tem um grande papel. Aprendemos também por influência dos processos culturais, que podem ser compreendidos, a partir de estudos sociológicos, como um conjunto de sistemas simbólicos que emergem dentro de um grupo social, e se constroem por meio das relações entre os indivíduos e o meio ambiente.



O processo cultural institucional diz respeito a ideias, valores e comportamentos estabelecidos e aceitos por um grupo em uma determinada organização e que influenciam as formas de comunicação e de ação compartilhadas, capazes de manter os grupos sociais unidos e coesos.



A cultura organiza a vida social e engloba conhecimentos, crenças, artes e leis. As instâncias de socialização, próprias de cada cultura, como família, escola, amigos e trabalho, têm um papel determinante na dinâmica das sociedades, como um sistema de valores e regras próprio desse grupo.

O conceito de cultura é fundamental no trabalho da psicopedagogia institucional. Para entender como funciona uma instituição, lugar social de um grupo, entramos em sua cultura, isto é, nas leis e regras que formam o pensamento da instituição, sua cultura institucional. Para conhecer esse pensamento ou conjunto de ideias, temos que lidar com os indivíduos que a compõem e que vivem e produzem a cultura.

A psicopedagogia institucional atua nesse sistema de regras e valores, conhecendo, avaliando e diagnosticando para poder intervir e novamente avaliar, dentro de uma perspectiva preventiva. Neste capítulo, portanto, vamos conhecer a prática da psicopedagogia institucional sua dinâmica, procedimentos e estratégias.

2.1 A avaliação: coletando pistas de investigação

O trabalho psicopedagógico é um trabalho de investigação em construção. Cada etapa do trabalho representa mais um elemento que se soma à compreensão do fenômeno que se pretende investigar. Ele tem como características ser dinâmico, processual e preventivo.

Como qualquer trabalho que envolve as relações humanas, utiliza-se de **técnica**, mas também, principalmente, da **sensibilidade** de quem o conduz. A avaliação em psicopedagogia prescinde, portanto, da escuta e do olhar sensível do profissional conhecedor das teorias e das técnicas a utilizar.

O primeiro passo para o trabalho psicopedagógico é a **avaliação**. Ao entrarmos em um campo social, precisamos conhecer o grupo e a situação que levou a buscar uma possível intervenção psicopedagógica. Esse momento é chamado de *avaliação*, e não ainda *diagnóstico*, pois é o tempo de tomar conhecimento da situação, dos atores envolvidos e do problema a detectar, ou seja, do campo.

Da mesma forma, ao final do trabalho de intervenção, há um momento de avaliação quando identificamos, coletamos e analisamos os efeitos e resultados da intervenção. Nesse caso, queremos ver se a transformação pretendida se realizou e se tem força de atuar como prevenção para que o problema não persista.

Veremos a seguir os principais aspectos que guiam e organizam a avaliação em psicopedagogia institucional.

2.1.1 Objetivo da avaliação

O objetivo da avaliação é, em primeiro lugar, o conhecimento do *campo* em que o psicopedagogo vai atuar. Em psicopedagogia institucional, chamamos de campo ao grupo social e às características do ambiente ou da instituição onde um determinado problema gerou a necessidade de um trabalho psicopedagógico.

Assim, por exemplo, em uma empresa (considerada aqui no sentido de uma instituição, não importando, neste momento, de que tipo), verificou-se que a comunicação não fluía como desejado ou planejado, o que trazia entraves ao funcionamento. Para poder atuar, o psicopedagogo precisa saber quem e quais são os elementos dessa comunicação, os níveis ou setores envolvidos e os instrumentos ou meios utilizados para que a comunicação aconteça. Além disso, é preciso conhecer a cultura da empresa, sua missão e valores, o que ela espera de seus funcionários e como os diferentes setores se organizam e relacionam.



A avaliação precisa abarcar o maior espectro possível de elementos que forneçam ao psicopedagogo uma visão, ao mesmo tempo, do todo e das partes envolvidas e, principalmente, de suas relações. É preciso destacar que os processos de diagnóstico e intervenção, que vêm em seguida à avaliação, ocorrem no interior de um grupo social cujas relações interpessoais estabelecidas são o ponto de partida para os questionamentos e as ações empreendidas.

Assim, o primeiro ponto a se considerar e cuidar na avaliação é a entrada do psicopedagogo na instituição, no grupo no qual pretende trabalhar. A abordagem inicial precisa ser planejada para que se possa estabelecer uma relação e as resistências possam ser minimizadas.

A seguir, discutiremos como o psicopedagogo inicia seu trabalho e quais métodos de avaliação são utilizados.

2.1.2 Métodos de avaliação

A avaliação é o início da investigação na prática em psicopedagogia institucional, marcando a entrada do profissional e seus primeiros contatos em campo. Nesse sentido, o primeiro aspecto a considerar é como acontecerá essa entrada.

Em se tratando de um trabalho em que as relações humanas e suas representações, ou modos de pensar sobre uma determinada questão, são o foco do trabalho, a abordagem inicial deve privilegiar os aspectos da linguagem, os discursos.

Os métodos de avaliação mais usados nesses casos são:

- entrevistas individuais;
- entrevistas coletivas;
- observação.

Esses métodos têm por fundamento as metodologias de pesquisa nas áreas das ciências humanas e sociais que consideram a linguagem ou o discurso como o caminho de acesso às **representações** de um indivíduo ou grupo social acerca de uma determinada questão ou conceito. As entrevistas individuais ou coletivas são o método para se chegar a esse discurso. De acordo com Bleger (2007, p. 1):

A entrevista é um instrumento fundamental do método clínico e é, portanto, uma técnica de investigação científica em psicologia. Como técnica tem seus próprios procedimentos ou regras empíricas com os quais não só se amplia e se verifica como também, ao mesmo tempo, se aplica o conhecimento científico.



Representação social é um conceito psicossociológico que se refere às formas de conhecimento socialmente elaboradas, compartilhadas por um grupo social e que configuram uma realidade comum, influenciando o comportamento coletivo. Ver o artigo de Spink (1993).

A **entrevista** é um método de trabalho relacional; sempre existem dois lados: o(s) entrevistado(s) e o entrevistador. O psicopedagogo elabora suas entrevistas tendo como pano de fundo o problema apresentado pela instituição e as características daqueles que a compõem. As questões são construídas com a intenção de investigar o conhecimento, as representações e ideias acerca desse problema. As entrevistas podem ser de dois tipos:

- **abertas:** quando o entrevistador coloca uma questão ao entrevistado permitindo que ele se expresse livremente sobre o assunto, tendo o cuidado de conduzir a conversa evitando desvios ou silêncios;
- **fechadas:** quando o entrevistador aborda o assunto por meio de questões diretas às quais o entrevistado deve responder em sequência e que têm uma expectativa de resposta.

As entrevistas podem ser realizadas individualmente ou em grupo, embora na abordagem institucional o objetivo seja o grupo. Realizam-se entrevistas individuais para que se tenha uma ideia de como cada elemento do grupo se posiciona e pensa a respeito do problema pré-identificado.

A **entrevista em grupo ou coletiva**, no momento de avaliação, tem por objetivo levantar as primeiras impressões do coletivo acerca da situação. A análise dessas entrevistas produz elementos para que se possa compor o diagnóstico situacional.

A **observação** acontece desde o primeiro momento de entrada do psicopedagogo na instituição. Assumindo que o trabalho de psicopedagogia atua no nível dos discursos e dos comportamentos, a observação tem um papel fundamental aliado à escuta dos participantes. A apresentação e introdução do profissional que vai conduzir o trabalho para o corpo institucional deve anteceder sua atuação. Sua presença no ambiente institucional deve ser consentida, e suas intenções, explícitas. Essa medida busca diminuir as resistências por parte do coletivo da instituição, evitando bloqueios e sabotagens, como por exemplo, ausências às reuniões e encontros, ou a negação de informações que possam contribuir para o trabalho psicopedagógico,

É importante lembrar que todo trabalho de investigação clínica, seja individual ou institucional, deve considerar para análise das informações recolhidas os elementos não ditos ou ocultos. Estes últimos são chamados de **conteúdo latente**, os quais, muitas vezes, só são perceptíveis por meio da interpretação de ações e comportamentos. Contradições entre as ações e os discursos são aspectos aos quais o psicopedagogo deve estar atento.



A expressão **latente** em psicologia vai além daquilo que está oculto ou subentendido conforme o dicionário. O conteúdo latente é aquele que está presente, mas que não consegue ser manifestado: está por vir. Para a psicanálise, é o conteúdo inconsciente e que precisa ser trabalhado para poder se expressar ou vir à tona.

Os conteúdos latentes ou os manifestos que guiam o comportamento dos sujeitos são expressões da sua subjetividade. Esta considerada como a forma singular e própria de cada um interpretar e viver a realidade, suas experiências. Sara Pain (2012), faz uma distinção entre subjetividade e objetividade como duas formas de interpretar a realidade:

A objetividade instaura a realidade, isto é, aquilo que nós consideramos real, que está fora de nós, cujas leis não podemos modificar. Podemos repensar, mas não anular. Por outro lado, o subjetivo se instaura na irregularidade, se constitui na esfera do desejo e é o que nos diferencia como pessoa singular. (PAIN, 2012, p.19)

Os métodos de avaliação permitem ao psicopedagogo uma primeira abordagem da situação a partir do que os participantes do grupo manifestam, objetiva e subjetivamente, sobre esta, revelando possíveis resistências ao trabalho de intervenção. A continuação da investigação, que envolve outros métodos, pode trazer à tona os conteúdos ocultos, uma vez que passa a implicar e comprometer o grupo e seus participantes no processo.

2.1.3 Iniciando a investigação: conhecendo o campo e seus atores

Os primeiros momentos do trabalho na instituição são marcados pelo estabelecimento da interação entre o grupo e o profissional. Essa relação merece cuidados planejados, que invistam na dissolução das resistências e bloqueios e promovam a aproximação e a colaboração. Uma medida inicial é, portanto, a apresentação ao grupo do **propósito do trabalho** em todas as suas fases desde a avaliação até a intervenção.

Sabemos que o trabalho de investigação clínica interfere e provoca uma movimentação nos comportamentos mesmo antes que se comece a intervir. A entrada em campo de um “estranho” ao grupo a partir de uma demanda que nem sempre é do conhecimento de todos já causa movimentações na dinâmica institucional estabelecida.

Fundamental para o trabalho de psicopedagogo e para que se estabeleça uma relação de confiança é a condução firme nos propósitos apresentados e os constantes retornos ao grupo dos resultados e transformações pretendidas e efetivadas.

Da mesma forma, a avaliação final, após a intervenção, tem o objetivo não só de realizar um *feedback*, mas também de proporcionar ao grupo institucional sua participação no balanço das ações.

Beatriz Scoz, em seu livro *Psicopedagogia e Realidade Escolar* (2009) descreve a realização de um trabalho a respeito da concepção de *dificuldades de aprendizagem* de professores e coordenadores em uma escola municipal. O objetivo foi analisar essas representações da equipe da escola, relacionar com a prática pedagógica e propor alternativas de ação usando os conhecimentos da psicopedagogia. A respeito da contribuição da intervenção psicopedagógica nas escolas, a partir de sua experiência, a autora afirma:

Assim, os educadores necessitam de ter um espaço de confiança, onde seja possível realizar um trabalho que também leve em conta as angústias e defesas que acompanham qualquer processo de mudança (SCOZ, 2009, p. 156).

[...] ao abrir um espaço para que as insatisfações latentes venham à tona, permite-se que esses sentimentos sejam nomeados e compreendidos em sua dimensão histórica. Redimensionam-se, dessa forma, as relações de força existentes, para que os objetivos e aspirações sociais sejam transformados em objetivos do grupo de educadores (SCOZ, 2009, p.157).

A autora relata sobre os primeiros contatos com a instituição, momento em que foi recebida com desconfiança, por julgarem ser mais “uma que vem para criticar” e não contribuir:

Eis porque era fundamental estabelecer um clima de confiança, de modo que os educadores não se sentissem manipulados e seus depoimentos fluíssem com autenticidade. Este cuidado foi produtivo. As professoras, inicialmente inibidas, rapidamente foram ficando mais à vontade, chegando a pedir sugestões para o trabalho com os alunos (SCOZ, 1994, p. 36).

Para realizar esse trabalho, Scoz (2009) usou como métodos de avaliação entrevistas com a equipe (coordenação e docentes) e observação em sala de aula, que lhe permitiram não só colher dados para o diagnóstico como também estabelecer, na convivência, uma relação de proximidade e confiança com todos. Ao final desse processo, foi possível traçar direções para um trabalho de intervenção psicopedagógica com o grupo. Em suas conclusões, encontramos:

Esse trabalho (psicopedagógico) levaria o educador a olhar-se como 'aprendente' e como 'ensinante', conectando-o com as próprias inseguranças, com a angústia de conhecer e de desconhecer, fazendo-o redimensionar seus próprios modelos de aprendizagem e o seu vínculo com os alunos [...] Essa distinção permitiria que os professores, apoiados numa triagem criteriosa dos alunos, abandonassem as posturas patologizantes ou indiferentes frente as problemas de aprendizagem e delimitassem com mais clareza seus espaços de atuação (SCOZ, 2009, p. 36).

A importância de uma avaliação planejada e na qual a atuação do psicopedagogo seja um aspecto mobilizador, e não ameaçador, aparece nesse exemplo de pesquisa e nos leva ao passo seguinte do processo de trabalho da psicopedagogia institucional: o diagnóstico.

2.2 Diagnóstico: identificando, conhecendo e elaborando hipóteses

O diagnóstico na prática em psicopedagogia institucional difere da vertente clínica individual e tem na avaliação do campo e da relação entre os atores envolvidos no problema sua base de construção. Se na psicopedagogia clínica, em que se investiga o modelo de aprendizagem do indivíduo por meio de diferentes instrumentos e técnicas a fim de avaliar os aspectos emocionais, cognitivos e relacionais, na instituição o grupo, suas ações e representações são os elementos do diagnóstico.

Na psicopedagogia institucional, o diagnóstico se constrói a partir dos elementos identificados na avaliação. Isto implica dizer que avaliação e diagnóstico são parte de uma mesma etapa no processo da prática psicopedagógica institucional. O profissional realiza a avaliação para poder obter elementos para seu diagnóstico, que, por sua vez, possibilita a elaboração de hipóteses e o enquadramento e a definição dos caminhos da intervenção.

2.2.1 Objetivo do diagnóstico institucional

Compreender a dinâmica de relações e o pensamento do grupo é o objetivo do diagnóstico. O campo social, dinâmico ou ainda psicológico é um conceito desenvolvido na psicologia social por Kurt Lewin (1973) e se define como o espaço de vida que contém a pessoa e seu ambiente psicológico. O conceito lançado por Lewin foi amplamente pesquisado e desenvolvido pela psicologia social. Rodrigues (1992, p. 143), acerca da dinâmica dos grupos sociais, afirma que:

Os grupos sociais possuem características próprias, independente da soma das partes que os integram. Daí a necessidade de estudar-se a dinâmica que emerge da interação entre os membros do grupo. Pequenas modificações nos elementos integrantes do grupo podem afetar esta dinâmica, fazendo com que o grupo apresente características diferentes.

Na psicopedagogia institucional, chamamos de *coletivo institucional* ao grupo formado por indivíduos que interagem de acordo e em função da dinâmica institucional. O coletivo institucional e suas representações acerca de uma determinada questão ou conceito é o que se pretende avaliar e diagnosticar como campo de trabalho da intervenção em psicopedagogia.

Bleger (2007, p. 101) acrescenta a respeito de grupos institucionais ou institucionalizados, em uma concepção generalizada que um grupo é “[...] como um conjunto de indivíduos que interagem entre si compartilhando certas normas numa tarefa”.

Assim, o alvo da prática institucional é o coletivo institucional, o grupo de indivíduos que se forma e interage, tendo por pano de fundo as relações institucionais e, mais especificamente, uma tarefa a ser realizada. Em outras palavras, em escolas, empresas ou hospitais, o grupo estabelece suas ações tendo por campo de movimentação o ambiente institucional e suas características, como a cultura institucional formada pela missão e valores institucionais. É preciso observar que o diagnóstico no caso do trabalho institucional não é um fim ou resultado, mas sim o que abre para as possibilidades de trabalho em grupo.

Concluindo, o objetivo do diagnóstico é descrever e analisar a dinâmica inter-relacional de um conjunto de indivíduos dentro de um contexto de cultura institucional com características próprias. Somente a partir do conhecimento da dinâmica e das partes envolvidas é possível traçar caminhos para a intervenção.

2.2.2 Relacionando os dados coletados na investigação: construindo o problema

Para fins didáticos, podemos dizer que a etapa do diagnóstico é também o momento de confrontar o problema inicial que deslanchou o trabalho psicopedagógico com os dados obtidos na avaliação. Não há uma questão a ser fechada, mas a reconstrução sob o olhar do profissional de psicopedagogia, com base em seus conhecimentos e técnicas sobre o fenômeno ou problema em questão.

Identificar e definir um problema não é uma tarefa fácil e demanda de quem a empreende as capacidades de análise e síntese. A avaliação e o diagnóstico em psicopedagogia institucional levantam, revelam, trazem à tona, explicitam os elementos que possibilitam o confronto do problema inicial com os dados do processo de avaliação.

A formação de hipóteses de trabalho é uma etapa que permite o enquadramento, ou seja, a escolha dos caminhos metodológicos e estratégias de intervenção mais adequados a cada caso. Estes são os próximos passos do trabalho psicopedagógico e que têm na análise do material recolhido na investigação inicial seus elementos constituintes.

2.2.3 Construindo hipóteses de trabalho

Um trabalho de investigação caminha na direção dos indícios ou pistas que possam vir a elucidar o problema. Em psicopedagogia, a exploração e o conhecimento do campo, durante os processos de avaliação e diagnóstico, possibilitam ao investigador levantar pistas e organizar hipóteses que orientem o trabalho e tracem uma direção. Para prosseguir e embasar as escolhas e decisões necessárias à etapa de intervenção, construímos hipóteses de trabalho.

Assim se constituem as hipóteses da investigação psicopedagógica. A análise do material levantado na avaliação e o pareamento deste com as teorias e saberes do profissional são os elementos fundamentais que levam a um diagnóstico e à construção das hipóteses.

As psicopedagogas Fagali e Vale (2011, p. 11) relatam o desenvolvimento de um trabalho de intervenção psicopedagógica em uma instituição escolar, cujo objetivo “[...] foi trabalhar novas matrizes na relação de aprendizagem (professor/alunos) desenvolvendo novas e diferentes formas de olhar e construir” em uma perspectiva preventiva.

Na acepção das autoras, “[...] atualmente as construções psicopedagógicas extrapolam as questões relacionadas apenas aos “problemas” e suas pesquisas, e se dirigem para duas vertentes: a psicopedagogia curativa-terapêutica, e a psicopedagogia preventiva”. A psicopedagogia institucional se enquadra na segunda perspectiva e

“[...] tem como meta refletir e desenvolver projetos pedagógicos-educacionais, enriquecendo os procedimentos em sala de aula, as avaliações e planejamentos na educação sistemática e assistemática” (FAGALE; VALE, 2011, p. 9).

O trabalho das autoras pode nos fornecer elementos para compreender a prática psicopedagógica, como foi discutida até agora neste capítulo. Avaliando o contexto educacional da escola e as informações recolhidas no conhecimento do campo, as pesquisadoras se apoiaram para a intervenção na hipótese que:

Culturalmente foi vedado ao pedagogo entrar em contato, em maior profundidade, com as emoções do aluno. Os esquemas tradicionais de aprendizagem separam a aquisição de informações, do desenvolvimento do educando como um todo. Quebrar estes esquemas, tornar o aluno sujeito e construtor de seu processo de aprendizagem, capaz de manipular o conhecimento, ao invés de apenas recebê-lo, é o papel do professor, do pedagogo e da escola (FAGALI; VALE, 2011, p. 13).

Dessa forma, organizaram o trabalho de intervenção com os profissionais da escola enfocando como tema as diferentes formas de olhar e assumindo como objetivo a construção de novas matrizes de ensino-aprendizagem apostando na afetividade na relação professor-aluno. Nas palavras das autoras:

A orientação do psicopedagogo junto ao professor deve ser constante, discutindo não apenas as relações vinculares, as também as que dizem respeito ao conteúdo, atuação do aluno, formas de avaliação e reação dos pais frente a essa nova postura da instituição. Desta forma o professor poderá rever constantemente a relação afetiva e as dificuldades do educando e saber esperar pela resposta e produção do aluno, independente das pressões e tensões (FAGALI; VALE, 2011, p. 14).

A organização da intervenção, próximo passo do trabalho, acontece por meio da definição de um plano de trabalho, ou usando o termo criado por Visca (2010), de um **enquadramento**. O enquadramento estabelece as decisões e escolhas mais adequadas à situação, reunindo aspectos como metodologias, tempos, sujeitos e espaços para a intervenção.



O enquadramento tem um papel fundamental para o processo psicopedagógico clínico ou institucional. O profissional em psicopedagogia, junto com os indivíduos ou grupo, combina e estabelece os aspectos objetivos/subjetivos do processo – frequência, valores e materiais – como em um contrato.

No trabalho institucional, o enquadramento se dá no diálogo com o coletivo institucional. O estabelecimento das etapas de trabalho com o grupo acontece em propostas apresentadas e discutidas no coletivo. A participação do grupo compromete a todos com a continuidade do processo.

2.3 Intervindo na dinâmica institucional

Uma intervenção significa mais do que uma interferência, ou melhor, intervir é uma **ação intencional** com objetivos predefinidos. Na prática da psicopedagogia, seja clínica ou institucional, a intervenção já começa nos primeiros contatos, quando a necessidade do trabalho é identificada e o profissional é contatado. A mobilização em torno de um determinado problema gera tensões e expectativas que devem ser consideradas durante o processo de intervenção psicopedagógica.



Weiss (2008) comenta que, no trabalho clínico individual, a intervenção começa no contato telefônico entre terapeuta e paciente ou família, no caso de crianças. Na instituição, a entrada de outro profissional que não pertence ao quadro provoca a mobilização de todos os envolvidos. A ideia de uma possível intervenção, com a entrada em cena de um terceiro elemento, gera esse efeito mobilizador.

Neste momento, é importante refletir sobre uma das características do trabalho em psicopedagogia institucional que é a **prevenção**. Ao elaborar as hipóteses de trabalho que vão guiar a intervenção em campo, é preciso considerar que o trabalho a ser realizado tem efeitos na dinâmica institucional e que busca mudanças e transformações nas ideias e ações do coletivo institucional.

Trata-se de empreender um processo de aprendizagem voltado para as relações de grupo em uma determinada instituição, por isso a ideia da prevenção é fundamental ao ressaltar a necessidade de mudanças nas ideias e nos vínculos.

Este é o cerne do trabalho em psicopedagogia institucional: possibilitar mudanças no campo institucional por meio da intervenção gerando novas aprendizagens. Veremos a seguir mais detalhadamente como se constitui a intervenção, seus objetivos e significados institucionais e estratégias de intervenção.

2.3.1 Objetivo da intervenção

O objetivo do trabalho na etapa da intervenção em psicopedagogia institucional é instalar um contexto ou situação capaz de gerar novas aprendizagens nas concepções do grupo a fim de transformar as estruturas compreensivas vigentes. A intervenção só acontece depois que o diagnóstico e as hipóteses são elaborados e, assim, o caminho para a intervenção e as estratégias adequadas pode ser definido. O enquadramento cria um espaço de confiança para o trabalho do psicopedagogo necessário para que a intervenção aconteça.

Um interessante relato de pesquisa de intervenção psicopedagógica pode ser encontrado no artigo de Molina e Cazella (2010). A pesquisa traz um exemplo de como acontece uma intervenção em uma situação de educação. O artigo retrata o processo de intervenção com um grupo de educadores sociais, cujo objetivo foi atuar na formação desses educadores em uma perspectiva de formação reflexiva. Assim, de acordo com as autoras:

Para a formação de educadores reflexivos, o desafio estaria na concepção de um espaço Institucional educativo, que concebesse o trabalho prático e a formação de seus profissionais, não como atividades distintas, mas como um processo permanente, integrado ao cotidiano da Instituição. Ou seja, sua metodologia de trabalho se apoiaria na produção de espaços reflexivos coletivos de formação, presentes nas próprias instituições em que os educadores trabalham, que compreenderiam as possibilidades de reflexão e tomada de consciência das limitações sociais, culturais, pedagógicas contextuais e da própria profissão (MOLINA; CAZELLA, 2010, p. 82).

É importante ressaltar que as mudanças objetivadas no trabalho da psicopedagogia institucional não visam somente prevenir problemas, mas, principalmente, estabelecer um novo campo de aprendizagens que leve o coletivo institucional a um patamar diferenciado de trabalho.

Aliado a esse objetivo, há um investimento na competência profissional e na mudança de comportamentos e ações. Todo o processo de intervenção ocorre para que a mudança se transforme em uma nova estrutura de aprendizagem construída pelo grupo, capaz de resolver os problemas identificados e prevenir o aparecimento de novos.



© bikeriderlondon // Shutterstock

Nas instituições de ensino, formação, atualização e prática profissional, devem caminhar juntas para que os objetivos da educação possam ser alcançados.

2.3.2 Metodologias de intervenção nas instituições de ensino

As instituições de ensino são, por natureza, um espaço de troca de ideias e conhecimentos. O trabalho do psicopedagogo institucional se beneficia desta característica adotando metodologias onde o diálogo e a construção coletiva do conhecimento estejam presentes. As metodologias de intervenção buscam atuar de forma coletiva no grupo. Bastos (2010) em seu trabalho sobre grupos operativos traz uma importante ideia de Pichon-Rivière, um dos autores, cuja teoria é um dos pilares teóricos da psicopedagogia, (BASTOS, 2010, p. 164):

Na concepção de Pichon-Rivière, o grupo apresenta-se como instrumento de transformação da realidade, e seus integrantes passam a estabelecer relações grupais que vão se constituindo, na medida em que começam a partilhar objetivos comuns, a ter uma participação criativa e crítica e a poder perceber como interação e se vinculam.

As estratégias de intervenção são definidas de acordo com o problema identificado, e com as características do grupo reveladas na avaliação e no diagnóstico; o psicopedagogo deve selecionar a estratégia e metodologias mais adequadas. Entre as possibilidades de trabalho com grupos, destacam-se:

- **Entrevistas:** a metodologia de entrevistas, individuais e coletivas, foi discutida anteriormente e voltaremos a ela no próximo tópico.
- **Dinâmicas de grupo:** mobilizar e sensibilizar o grupo institucional são os primeiros passos do trabalho do psicopedagogo na instituição. Em geral, as dinâmicas de grupo, que têm origem na psicologia, são metodologias bastante eficazes para iniciar um trabalho em grupo, introduzindo o problema ou questão de forma indireta, mas de uma maneira que cause um efeito sensibilizador.
- **Observação participante:** a observação participante introduz o profissional investigador no contexto do universo que se deseja compreender. O psicopedagogo participa como observador e membro; a neutralidade de sua presença não é possível nem desejada. Por exemplo, ao investigar sobre a eficácia de métodos de ensino em uma escola, o psicopedagogo participa de uma aula junto com a professora e os alunos, não só anotando suas observações, mas também com a possibilidade de intervir com a intenção de melhor compreender a situação ou manejar os elementos presentes.
- **Grupos de estudos ou de formação:** têm por objetivo levar o grupo ao trabalho de reflexão coletiva, em torno de questões apontadas na avaliação e diagnóstico.
- **Grupos operativos:** os grupos operativos são amplamente utilizados nos trabalhos de intervenção psicopedagógica e vamos discorrer sobre eles detalhadamente mais à frente.

As entrevistas e o grupo operativo são objeto dos próximos tópicos, pois mostram-se como as metodologias mais utilizadas na intervenção nas instituições de ensino.

2.3.3 Entrevistas

As entrevistas são o método mais usado como metodologia de investigação nas ciências humanas e sociais, e, principalmente, na Psicologia. Elaboradas as hipóteses e estabelecido o enquadramento, o profissional psicopedagogo volta a campo para iniciar o processo de intervenção. Entrevistas coletivas e individuais podem ser utilizadas como estratégias para alcançar formas de pensamento individuais ou grupais.

Podemos também utilizar as entrevistas em qualquer momento em que se deseja conhecer como pensam e se posicionam os indivíduos que participam da **investigação**. Nesse sentido, Bleger (2007, p. 7) esclarece que as entrevistas são uma situação onde acontece a “[...] relação entre duas ou mais pessoas e em que intervêm como tais. [...] ela consiste em uma relação humana na qual um dos integrantes deve procurar saber o que está acontecendo e deve atuar segundo este conhecimento”, ou seja, ambas as partes atuam sobre a outra em função do que quer investigar: o entrevistador controla a entrevista e o entrevistado a dirige. Estabelece-se uma situação de interação.



O livro de José Bleger, *Temas de Psicologia: entrevistas e grupos*, (2007), é um clássico para as ciências sociais quando o assunto é o trabalho de investigação que envolve instituições, grupos e entrevistas do ponto de vista da psicologia.

Dessa forma, podemos realizar entrevistas a qualquer momento da investigação, quando se pretende conhecer de perto como pensam os indivíduos implicados na situação. A entrevista, de acordo com Bleger (2007), faz o entrevistado atuar, ou seja, se expressar de acordo com sua personalidade.

Assim, seja no momento da avaliação, do diagnóstico ou da intervenção, as entrevistas são um recurso apropriado quando se tem por objetivo o acesso ao pensamento e às ideias.

É preciso ressaltar que uma situação de entrevista deve ser planejada, atentando-se para os aspectos da linguagem, do tempo e da relação das questões com o problema e as hipóteses da investigação. Esse cuidado evita que se percam oportunidades e que se desgastem o campo e as relações estabelecidas.

2.3.4 Grupo operativo

O trabalho com grupo operativo é uma técnica bastante empregada nas intervenções em psicopedagogia institucional. O caráter de situação de aprendizagem implícito nessa técnica possibilita que ela traga resultados proveitosos para o processo psicopedagógico e no trabalho de construção de conhecimento em grupos.



Sua origem está na psicologia clínica e psiquiatria com grupos e foi desenvolvida por **E. Pichon-Riviere**, psiquiatra suíço que viveu na Argentina nas décadas de 1950 e 1960. Desde então, a dinâmica de grupos operativos tem servido a todos os trabalhos cujo objetivo é a reflexão em função de uma mudança de ação que se pretende alcançar em contexto grupal.



As relações entre os indivíduos, a formação de vínculos e grupos sociais foram para E. Pichón-Rivière seus temas de estudos. Para conhecer melhor a noção de vínculos sociais e afetivos e como estes se formam, voltamos sempre a este teórico. Para saber mais, leia *A Teoria do Vínculo* (2000) e *O Processo Grupal* (1991).

Em seu artigo sobre grupos operativos, Bastos (2010, p. 161) esclarece:

A técnica de grupo operativo consiste em um trabalho com grupos, cujo objetivo é promover um processo de aprendizagem para os sujeitos envolvidos. Aprender em grupo significa uma leitura crítica da realidade, uma atitude investigadora, uma abertura para as dúvidas e para as novas inquietações.

Essa técnica segue uma linha de trabalho envolvendo os aspectos: grupo operativo, tarefa, aprendizagem e novas estruturas. Aqui, *grupo operativo* se define pela reunião de pessoas, nesse caso, do coletivo institucional no qual se deseja intervir (professores, médicos, funcionários etc.). A qualidade de *operativo* se refere à ideia de operar ou trabalhar sobre uma tarefa, colocar em ação-reflexão questões a serem ressignificadas e reaprendidas, no coletivo. A *tarefa* dá o sentido dessa operação, a direção e o resultado que se espera alcançar ou concluir. Esta pode ser dada pelo mediador do grupo ou definida pelo próprio grupo. A *aprendizagem* é o resultado que incide em *novas estruturas* de conhecimento.

Um grupo operativo pode se reunir uma ou mais vezes, dependendo dos objetivos do trabalho. De acordo com Bastos (2010, p. 161), Pichón-Rivière:

Defende ainda a ideia de que aprendizagem é sinônimo de mudança, na medida em que deve haver uma relação dialética entre sujeito e objeto e não uma visão unilateral, estereotipada e cristalizada. A aprendizagem centrada nos processos grupais coloca em evidência a possibilidade de uma nova elaboração de conhecimento, de integração e de questionamentos acerca de si e dos outros. A aprendizagem é um processo contínuo em que comunicação e interação são indissociáveis, na medida em que aprendemos a partir da relação com os outros.

Para concluir, torna-se importante discutir o que é a aprendizagem como resultado do processo em psicopedagogia institucional, em uma perspectiva construtivista de aprendizagem que fundamenta na psicopedagogia o trabalho com grupos.

2.4 Construindo conhecimento

Durante todo este capítulo, vimos como acontece o trabalho da psicopedagogia institucional enfatizando os aspectos relativos a sua prática, etapas e metodologias. Sabemos que o objetivo final é a prevenção, por meio de um trabalho de aprendizagem coletiva, que acontece durante o processo e que tem por objetivo atingir uma mudança nas estruturas de aprendizagem.



© Lucky Business // Shutterstock

Permeando essa prática, encontramos os indícios que nos levam a uma concepção de aprendizagem sustentada pelos fundamentos da teoria construtivista de aprendizagem. O construtivismo é uma teoria inspirada, em parte, pelos estudos sobre o desenvolvimento da inteligência de J. Piaget e por teorias sobre a aprendizagem da leitura e escrita, como a desenvolvida por E. Ferreiro. Podemos dizer que o construtivismo é uma linha de ação pedagógica que considera a atividade do aluno em seu aprendizado e um respeito ao ritmo e aos conhecimentos anteriores desse indivíduo.

As interações sociais e os estímulos ambientais desempenham um papel fundamental para a aprendizagem, na medida em que o indivíduo *não aprende sozinho*: ele aprende por meio das trocas que estabelece com os outros e com o ambiente. Os indivíduos constroem a sua subjetividade nas vivências que acontecem nas interações. Estas são internalizadas, elaboradas e transformadas por cada um, a partir de sua história e experiências, tornando-se singular, própria de cada um.

Nesse sentido, Fagali e Vale (2011, p. 18) afirmam que:

O construtivismo vem valorizar de um lado a relativização no ato de interpretar, desenvolvendo as diferentes formas de olhar o fenômeno, e de outro enfatiza o interacionismo, quando afirma que o fato ou os alunos isolados não expressam o aprender. A aprendizagem é o resultado da complementaridade aluno-professor-conteúdo, fato-contexto, eu-mundo.

A prática em psicopedagogia é uma prática coletiva de construção do conhecimento que acontece nas interações entre os sujeitos envolvidos na situação-problema. O construtivismo valoriza as ações dos indivíduos em uma atitude ativa do pensar e não a assimilação passiva da informação.

A aprendizagem é do que se trata o trabalho da psicopedagogia e a construção do conhecimento é realizada em grupo, a partir da problematização de questões em cada contexto social ou institucional. Ainda segundo Fagali e Vale (2011, p. 17):

A problematização é uma condição importante no aprendizado, gerando novas hipóteses, interpretações, buscando novas sínteses através do conflito. Numa concepção dialética, as sínteses são sempre consideradas provisórias e, portanto, abertas a novos confrontos.

Se ponderarmos a respeito das características da instituição, cultura e valores, o trabalho psicopedagógico reforça o vínculo dos indivíduos entre si e com a instituição. Ao colocar questões, refletir e operar coletivamente, o grupo, elabora novas perspectivas de entendimento de seus conflitos e problemas, possibilitando a abertura e construção de um caminho novo, uma via coletiva, capaz de prevenir novos conflitos.

Nas instituições de ensino, as constantes mudanças na política educacional e os conhecimentos advindos da relação da prática com estudos e pesquisas fazem com que os profissionais estejam constantemente frente a novos desafios. A atuação da psicopedagogia institucional pode contribuir como veremos a seguir.

2.4.1 O trabalho com os professores

A psicopedagogia institucional tem uma atuação importante nas instituições de ensino, seja com um profissional permanente em seu quadro de equipe técnica ou em um trabalho de assessoria psicopedagógica.



O trabalho com os professores segue a evolução da psicopedagogia, e isto se deve às origens da psicopedagogia como área de estudos incidindo primeiramente nas dificuldades de aprendizagem escolar. Com o tempo e o avanço das pesquisas a esse respeito, o questionamento deixou de ser sobre o aluno e se voltou para a metodologia de ensino e as estratégias de aprendizagem. Com isso, a atenção da psicopedagogia se direcionou para o trabalho do professor e sua formação, para a concepção de educação e de ensino e aprendizagem e suas relações com a prática docente.

O coletivo institucional, incluindo não só os docentes como toda a equipe escolar, passou a ser o foco do trabalho psicopedagógico, ou seja, as relações estabelecidas dentro do ambiente escolar, como se constituem e se mantêm.

Mais do que um trabalho de formação continuada, a psicopedagogia atua em cada membro para que coloque em questão seu papel ou sua função na escola a partir de suas próprias experiências e vivências escolares.

Nesse sentido, por exemplo, professores se tornam, na acepção de Fernandez (2001), **aprendentes** e não somente **ensinantes**. Segundo a autora, para que ocorra a aprendizagem, é preciso que quem aprende possa conectar-se mais com seu sujeito ensinante do que com seu sujeito aprendente, e quem ensina possa conectar-se mais com seu sujeito aprendente do que com seu sujeito ensinante. Esse retorno à posição de aprendente faz com que o professor volte a vivenciar o aprender, reconectando-se com os sentimentos relativos a essa posição e podendo relacioná-los com seus sentimentos como ensinante.



Os termos *aprendente* e *ensinante* foram elaborados por Alicia Fernandez e marcam as posições subjetivas dos sujeitos em situação de aprendizagem. Ora somos ensinantes, ora somos aprendentes. Para saber mais, leia *Os Idiomas do Aprendente* de Alicia Fernandez (2001).

O trabalho do psicopedagogo nas instituições de ensino se baseia em proporcionar a vivência dessa dualidade como motivador de novas aprendizagens.

2.4.2 O trabalho interdisciplinar

A psicopedagogia é por natureza um trabalho interdisciplinar. As influências teóricas que fundamentam a psicopedagogia contam com contribuições de diferentes áreas das ciências humanas e da saúde. Em seus fundamentos teóricos, a psicopedagogia tem influências da psicologia social, da psicogênese e da psicanálise.



© Andres // Shutterstock

A psicopedagogia institucional, por focar as instituições como o campo social, busca ainda em outras disciplinas elementos que contribuam para sua atuação. A compreensão de um fenômeno social, como, por exemplo, a prática da educação, requer outros saberes complementares. Sociologia, antropologia, história, são conhecimentos importantes que contribuem para a prática da psicopedagogia institucional.

Todo trabalho interdisciplinar requer o respeito aos diferentes saberes profissionais para que um espaço de diálogo permanente seja aberto.

2.4.3 O trabalho com as famílias

O cotidiano escolar se compõe não só da equipe escolar e de alunos, mas do conceito de comunidade escolar. Deste fazem parte as famílias e outros membros da escola, como administração, limpeza, manutenção etc. A colaboração de todas as partes dessa comunidade é um fator importante e que colabora para o sucesso da escola.

A família e a escola devem ser os dois pontos de referência principais para as crianças. A importância da família para o desempenho escolar dos alunos é reconhecida e a psicopedagogia pode trabalhar no sentido de aproximar as famílias do ambiente escolar, reforçar os laços entre família e escola, promovendo encontros, reuniões e a compreensão das dificuldades de aprendizagem.

O psicopedagogo pode tanto trazer a família para a escola como orientar a escola para que compreenda e acolha as famílias e suas diferentes formas de estrutura e educação dos filhos.

O trabalho da psicopedagogia institucional como um processo de conhecimento pode contribuir para um ambiente mais harmonioso entre escola e família, tendo também por objetivo um ambiente de aprendizagem melhor para os alunos.

2.4.4 A construção coletiva do conhecimento como forma de intervenção



A psicopedagogia, tanto na vertente clínica ou individual, como na institucional, por meio de seus métodos, tem por finalidade possibilitar a autoria de pensamento, isto é, proporcionar aos indivíduos a possibilidade de participar ativamente de um processo de reflexão-ação que signifique seus comportamentos. A construção coletiva de um pensamento crítico coletivo capaz de representar a dinâmica institucional levaria a essa autoria grupal, dentro da qual seus membros se reconhecem como tal.

O psicopedagogo tem o lugar de mediador ou facilitador desse processo, que se inicia na avaliação e diagnóstico e termina na intervenção e apropriação pelo grupo institucional de conhecimentos.

O trabalho da psicopedagogia institucional possibilita a abertura dos grupos ou coletivos institucionais para novas aprendizagens, outras formas de olhar e entender seus comportamentos e concepções. À instituição e seus participantes cabe fazer uso dessas aprendizagens ressignificando seus modos de ação, introduzindo novos métodos e, assim, progredindo como profissionais.

Referências

- BLEGER, J. **Temas de Psicologia**: entrevistas e grupos. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BASTOS, A. B. I. A Técnica de Grupos-operativos à Luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon. **Psicólogo inFormação**, São Bernardo do Campo, ano 14, n. 14, jan./dez. 2010.
- FAGALI, E.; VALE, Z. **Psicopedagogia Institucional Aplicada**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- FERNANDEZ, A. **Os Idiomas do Aprendente**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- LEWIN, K. Princípios de psicologia topológica. São Paulo: Cultrix, Editora da USP, 1973
- MOLINA, R E CAZELLA, S. A intervenção psicopedagógica institucional na formação reflexiva de educadores sociais. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 27, n. 82, p. 78-91, 2010.
- PAIN, S. Subjetividade e objetividade. Relação entre desejo e conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2008.
- PICHON-RIVIERE, E. **O Processo Grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- _____. **Teoria do Vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- RODRIGUES, A. **Psicologia Social para Principiantes**. 1992.
- SCOZ, B. **Psicopedagogia e Realidade Escolar**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SPINK, M. J. O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 300-308, jul./set. 1993. Disponível em: <scielosp.org/pdf/csp/v9n3/17.pdf>. Acesso em: 31/08/2016.
- VERCELLI, L. O Trabalho do Psicopedagogo Institucional. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 139, dez. 2012.
- VISCA, J. **Clínica psicopedagógica. Epistemologia Convergente**. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2010.
- WEISS, M. L. **Psicopedagogia Clínica**: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

3 Um olhar para a psicopedagogia institucional: dos *cases* a instrumentos práticos e devolutivos

A prática da psicopedagogia institucional tem como uma de suas características principais a atuação em diferentes campos. Seja em escolas, empresas, organizações ou hospitais o psicopedagogo se depara nestes contextos com questões próprias a cada um que o levam a planejar estratégias de ação conformes estas situações.

Desta forma, o psicopedagogo lança seu olhar atento nos contextos institucionais para observar, analisar e desvendar detalhes e variáveis que conformam as situações singulares. Esta prática investigativa exige do psicopedagogo a habilidade de ponderar e integrar conhecimentos com a finalidade de compreender cada conjuntura para poder avaliar, diagnosticar e intervir.

Somos sujeitos ativos, que vivem em sociedade e que se relacionam permanentemente, influenciando e interferindo uns nos outros. Esta é uma peculiaridade dos seres humanos e das relações que se estabelecem entre eles. A aprendizagem ocorre nas diferentes interações que os seres humanos estabelecem ao longo da vida, com os outros, com os meios sociais e naturais.

O processo de trabalho psicopedagógico assume um papel importante nas relações institucionais, conhecendo-as e intervindo com o objetivo de prevenir o aparecimento ou a reincidência dos problemas que impediam ou bloqueavam os mecanismos de aprendizagem. A psicopedagogia institucional oferece um outro olhar sobre a instituição, de um ponto de vista externo ao grupo, para poder identificar na dinâmica institucional, os processos e rotinas responsáveis pelos obstáculos à aprendizagem.

O psicopedagogo encontra fundamento para suas ações na Epistemologia Convergente, base teórica criada por J. Visca (2010), a qual integra conceitos da psicanálise, psicologia social e da pedagogia. Como o nome sugere, a convergência destas ideias proporcionou à psicopedagogia um lugar sólido e já reconhecido quando se tratam das questões sobre a aprendizagem. A partir daí métodos, técnicas e instrumentos de investigação foram criados ou adequados para o trabalho prático de avaliação, diagnóstico e intervenção.

A psicopedagogia nas instituições ampliou o horizonte dos conhecimentos sobre a aprendizagem humana ao assumir os grupos sociais instituídos como organismos vivos com dinâmicas e pensamentos próprios, para além dos indivíduos que o compõem. Isto significa dizer que uma instituição é mais do que a soma ou reunião de pessoas em função de um objetivo, significa que cada indivíduo é parte de um todo, de um organismo que representa uma cultura em movimento.

A psicopedagogia, ao atuar nas instituições, contribui para promover uma mudança por meio de intervenções na dinâmica existente. Ao detectar um problema o psicopedagogo orienta o grupo em atividades de reflexão com o objetivo de construir, junto com eles, novas estratégias capazes de trazer novos significados para as relações entre seus membros – e destes com os objetos de aprendizagem.

Neste capítulo, apresentaremos a prática da psicopedagogia institucional apontando para o aluno os aspectos a serem relevados em campo e na leitura de relatos de experiências ou pesquisas nesta área.

3.1 A avaliação psicopedagógica na instituição: reconhecendo o ambiente

Uma instituição, à primeira vista, é uma organização social composta por pessoas que estão reunidas em função de um mesmo objetivo, um mesmo fim. Este objetivo representa também a formação da identidade da instituição, a razão pela qual ela se formou, é reconhecida e que orienta sua atuação. Esta identidade conforma uma **cultura organizacional** que determina rotinas, estratégias e mecanismos de funcionamento próprios a cada organização.



Cultura organizacional é o termo que se usa para designar o comportamento de uma organização quanto a valores, princípios e meios de comunicação. Está relacionado à identidade da organização que se forma ao longo do tempo em função de sua missão e formas de ação.

O reconhecimento do ambiente marca a entrada do psicopedagogo e suas primeiras ações, cujo objetivo principal é conhecer a identidade da organização – sua história, missão, atividade principal, formas de organização, seus membros ou personagens – relações, estrutura e hierarquias –, e suas rotinas, dinâmicas e modos de funcionamento. Quando o psicopedagogo é chamado a contribuir com uma organização, seja ela qual for, há uma questão ou problema que foi apontado e que se torna seu ponto de partida. A indicação deste problema, por parte da instituição, leva o psicopedagogo a proceder a uma avaliação diagnóstica para levantar os elementos que possam definir e demarcar a situação e os atores sociais implicados.



Realizar a avaliação significa buscar conhecer esta instituição de forma global e abrangente, sua identidade e cultura. Este momento torna-se também fundamental para a construção das relações do psicopedagogo com os personagens da instituição. Relações estas que devem ser cuidadosamente planejadas e estabelecidas, pois o reconhecimento de que há um problema ou dificuldade a ser considerado nem sempre é consenso do grupo.

A esse respeito, Vercelli (2012, p.73) comenta:

A Psicopedagogia institucional é um campo de estudo que vem se desenvolvendo como ação preventiva de muita importância, mas é vista como ameaçadora, pois tem por objetivo fortalecer a identidade do grupo e transformar a realidade escolar. Torna-se ameaçadora, pois em muitos casos, o psicopedagogo poderá propor mudanças para que determinadas crianças aprendam, mas, infelizmente, muitos educadores resistem a essas mudanças e interpretam o que lhes foi dito como se não estivessem dando conta do papel que exercem.

Considerando a citação anterior, é preciso ressaltar que a entrada e a presença do psicopedagogo na instituição já representam, para muitos membros do grupo, fatores de estranheza e que rompem com a normalidade e a rotina.

O objetivo da avaliação em psicopedagogia institucional é desvendar a modalidade de aprendizagem do grupo, termo específico da psicopedagogia (FERNÁNDEZ, 2001) e que representa a maneira singular – a ser revelada pelo trabalho psicopedagógico – pela qual os indivíduos organizados em grupo compreendem e aprendem em conformidade com a cultura da organização. É saber se, e como, a cultura da organização interfere na forma de aprendizagem e na compreensão dos fatos e rotinas daquela instituição.

De acordo com Oliveira (2009, p. 85):

Identificar o **sintoma**, conhecer o contexto, referenciar uma construção histórica e discernir aspectos, características e relação que compõem o todo, configura-se no que chamamos de processo. Processo diferencia-se de uma ação pontual, pois trata-se de uma sequência de atuação que tende à transformação da situação inicial.

Portanto, o diagnóstico vai além de uma coleta de dados, sobre a qual organiza-se um raciocínio. Ele é um momento de transição, como um passaporte para a intervenção posterior, pois usa de aproximação sucessiva para entrar em contato com seu objeto de estudo.



O conceito de sintoma vem da psicanálise e se refere a um comportamento observado e que, de maneira representativa, se apresenta no lugar do problema. Segundo Fernández (1991, p. 85), “[...] o sintoma alude e ilude ao conflito [...]”, simboliza o problema de aprendizagem.

Desta forma, torna-se fundamental para a avaliação e diagnóstico o reconhecimento do ambiente, procedendo à escuta dos profissionais envolvidos, para conhecer a dinâmica das relações, a composição das equipes, a história da organização sua missão e filosofia. A observação da estrutura física da organização pode também refletir aspectos da relação entre os membros e deve ser registrada.

As instituições são, então, grupos sociais reunidos por uma função ou finalidade que se reporta aos fins da organização. Ambientado pelas informações recolhidas na visita à instituição e nas entrevistas preliminares o psicopedagogo começa a conhecer a composição dos grupos, suas relações, ou seja, os personagens da instituição, assunto que abordaremos a seguir.

3.1.1 Os personagens na instituição



Os indivíduos inseridos em uma organização social são considerados como grupos, e entre eles fundam uma dinâmica própria, que corresponde às particularidades e demandas da instituição. Os grupos podem ser considerados como organismos vivos que aprendem a partir de uma cultura comum, a da organização. Denominamos coletivo institucional o conjunto de pessoas reunidas em função de uma instituição.

Ele existe por força da instituição, e enquanto atua nela, fora dali as pessoas ocupam outras posições sociais em outros grupos e culturas.

Os personagens na instituição compõem os diferentes grupos que a constituem; ocupam posições definidas em funções, cargos e hierarquias de acordo com a organização. Suas funções ou cargos representam papéis específicos e determinados pela cultura, estrutura e dinâmica organizacional. Para o planejamento do trabalho psicopedagógico, os personagens da instituição, são, em primeiro lugar, aqueles diretamente envolvidos com o problema identificado.

Na estrutura organizacional de uma escola, por exemplo, temos, em geral, uma direção, coordenações, supervisão, corpo administrativo, corpo docente e discente. Cada uma destas partes forma o todo da instituição, e se relaciona de diferentes formas. Seja qual for o problema apontado, ou a queixa inicial que motivou a entrada do psicopedagogo o trabalho de avaliação considera estes personagens suas posições e entendimentos, avaliando e privilegiando o contato com aqueles identificados no problema que vai se detectando com a avaliação.

Podemos também considerar como personagem a própria instituição ou organização, na medida em que há uma identidade que a constitui, e que incide sobre o comportamento dos grupos que dela fazem parte. Assim, por exemplo, uma escola tem uma determinada função social que é diferente de uma organização social cujo objetivo e estrutura condicionam de forma distinta a dinâmica ali existente. Mesmo que esta organização social assuma uma finalidade educacional, uma ONG (organização não governamental, por exemplo) seus propósitos e formas de atuação são diferentes de uma escola.

Durante o trabalho de avaliação psicopedagógica é importante detectar dentre estes personagens aqueles que representam os principais interlocutores e “parceiros” para o trabalho de diagnóstico e intervenção. O psicopedagogo não atua sozinho, mas com a colaboração e cooperação dos membros da instituição.

O planejamento dos métodos e estratégias a serem utilizadas na avaliação e diagnóstico é cuidadosamente construído, após o reconhecimento do ambiente e das entrevistas iniciais. Nas instituições escolares um dos aspectos importantes a ser planejado é o contato com os alunos, quando o problema os envolve enquanto personagens do trabalho psicopedagógico.

3.1.2 Os primeiros contatos com os alunos

Dificuldades de aprendizagem ou de relacionamento interpessoal fazem com que os alunos se tornem os protagonistas do processo de avaliação e intervenção psicopedagógica. Os primeiros contatos com os alunos devem ser realizados pelo psicopedagogo e mediados por um profissional da escola, designado para acompanhar o trabalho. Esta mediação tem por objetivo introduzir o psicopedagogo no meio social e estabelecer uma relação de confiança. Pode acontecer por meio dos professores que atendem à turma, do orientador ou do supervisor pedagógico, personagens que já possuem um **vínculo** com os alunos.



Vínculo é um importante conceito desenvolvido por E. Pichon-Rivière (1998a), um dos teóricos que compõem a Epistemologia Convergente – base teórica da Psicopedagogia. Criar vínculos significa criar uma relação forte e consistente entre os personagens, e com o psicopedagogo possibilitando o trabalho.

Na perspectiva institucional a dificuldade de aprendizagem de um aluno é um problema que afeta todos. Caso contrário se trataria de um trabalho individual, próprio da abordagem da clínica. Portanto, os primeiros contatos com os alunos devem ter como objetivo a ambientação do trabalho e a abertura para a interação e o diálogo. O profissional promove encontros e dinâmicas que abrem espaço para a criação dos vínculos necessários entre o psicopedagogo e os personagens.

Devemos lembrar que a presença de um profissional (psicopedagogo), por si só já representa uma intervenção, é um elemento que interfere no ambiente relacional. Isto significa dizer que um elemento estranho, externo, provoca a curiosidade nos sujeitos além de fantasias e expectativas sobre o que está ou o que pode vir a acontecer.

Em geral, os primeiros contatos com os alunos são feitos de forma franca, por meio de observações em sala de aula e outros espaços da escola, ou ainda em dinâmicas de grupo de apresentação e interação.

3.2 Análise de casos

A psicopedagogia é uma área de estudos aplicada na qual a prática e a teoria se realimentam permanentemente. Isto significa dizer que a teoria avança na medida em que a prática se desenvolve, e vice-versa. Historicamente, a psicopedagogia firmou seu lugar como disciplina acadêmica devido à construção de uma concepção sobre a aprendizagem humana na qual os aspectos sociais, emocionais e cognitivos são considerados interdisciplinarmente para compreender a relação dos indivíduos com os objetos de aprendizagem. Neste sentido, o caráter relacional da aprendizagem é um ponto central do trabalho psicopedagógico.

A análise de casos ou estudo de casos é uma metodologia de pesquisa que se adequa aos objetivos e princípios da psicopedagogia por abordar a aprendizagem, esteja ela em um contexto clínico ou institucional, considerando os aspectos citados acima como interligados. Cada caso apresenta aspectos de uma situação única e singular, cujos encaminhamentos devem ser ponderados em função de um problema particular a ela.

A análise de casos representa um recurso bastante rico para o psicopedagogo tanto em formação, quanto já em serviço, por possibilitar conhecer como estas diferentes situações foram estudadas e resolvidas, abrindo novas possibilidades de compreensão e atuação para os casos que vão aparecendo.

No artigo de Pontes (2010, p. 418) encontramos a seguinte afirmação de Bossa (1994):

Pensar a escola à luz da Psicopedagogia significa analisar um processo que inclui questões metodológicas, relacionais e socioculturais, englobando o ponto de vista de quem ensina e de quem aprende, abrangendo a participação da família e da sociedade.

Nos próximos itens, indicaremos os aspectos a serem relevados na leitura e análise de casos, aos quais os alunos em formação devem estar atentos. No contexto escolar, destacaremos os problemas de aprendizagem que emergem e estão relacionados aos alunos, às relações interpessoais e a questões familiares. Por fim, apresentaremos exemplos de casos na empresa e nas organizações não governamentais.

3.2.1 Na escola – dificuldades de aprendizagem

A atuação psicopedagógica na escola implica em um trabalho de assessoramento de caráter preventivo no contexto educacional. O psicopedagogo atua como parte da equipe ou em assessorias, nestes casos sempre na perspectiva institucional. As dificuldades de aprendizagem aparecem em diversas formas e se constituem como sintomas do que não vai bem com os alunos. Nos casos em que o psicopedagogo é chamado a intervir na escola as dificuldades de aprendizagem começam a formar um quadro onde se percebe que o problema está além de um aluno individualmente. O objetivo principal é fazer com que estes sintomas, indícios de um problema instalado, desapareçam e que mudanças sejam empreendidas a favor da aprendizagem para todos. Identificado o problema, o psicopedagogo intervém para elaborar estratégias de intervenção e prevenção.

A esse respeito, Oliveira e Navarro (2015, p. 18) afirmam:

Nesse sentido, o Psicopedagogo no contexto escolar assumirá o compromisso com a transformação da realidade escolar à medida que se propõe a fazer uma reorientação do processo de ensino-aprendizagem refletindo os métodos educativos e investigando as causas dos problemas de aprendizagem que se apresentam na instituição e com os quais os professores se deparam em sala de aula. Esse trabalho deverá ser realizado em equipe, onde todos os envolvidos têm um papel importante em diagnosticar e compartilhar esses problemas de aprendizagem, promovendo a partir daí as intervenções que forem necessárias.

Desta forma, é um trabalho que movimenta e coloca em ação a escola como um todo, problematizando a questão de aprendizagem e transformando-a em uma mudança que possa ser positiva para todos.

Scoz (2009) salienta que, em uma perspectiva institucional, deve-se ir além do fato individual e buscar na escola e seus processos as origens do problema. Suas pesquisas têm mostrado como a estrutura e organização da escola e as influências do meio social interferem no processo de ensino-aprendizagem, refletindo no desempenho dos alunos. Nestes casos os problemas de aprendizagem estão relacionados principalmente:

A

às metodologias e práticas de ensino não adequadas, o que leva a equipe pedagógica da escola à revisão dos objetivos de aprendizagem e estrutura curricular;

B

à qualificação dos professores;

C

ao conhecimento do nível social dos alunos e suas famílias, entre outros.

Relacionado diretamente aos itens citados anteriormente, na ótica da psicopedagogia institucional, questões como o **fracasso ou insucesso escolar, a repetência e a evasão** têm sido os motivos principais que levam a escola a rever seus métodos (FERNÁNDEZ, 2001; SCOZ, 2009; OLIVEIRA; NAVARRO, 2015). Nestes casos, toda a equipe é chamada a refletir, repensar suas ações e buscar por soluções no trabalho de intervenção.



O fracasso escolar, a repetência e evasão são temas relativos às dificuldades de aprendizagem e foram objeto de pesquisas em educação nas décadas de 1970 e 1980. O trabalho de M. H. S. Patto, *A produção do fracasso escolar* (1999), é um exemplo significativo da produção científica sobre o tema.

A esse respeito, Scoz (2009) salienta que o contexto político e social e as políticas educacionais são fatores relevantes que devem ser considerados na análise do psicopedagogo. Principalmente no caso particular das escolas que compõem as redes municipais, estaduais e federais, cujos gestores e equipes dependem de incentivos para o desenvolvimento. Assim, a identificação do problema ou dificuldade de aprendizagem acontece por meio do processo de diagnóstico psicopedagógico e seus métodos, tornando possível a aproximação dos sujeitos envolvidos aos sintomas e suas possíveis causas, possibilitando a formulação de uma proposta de intervenção para a escola.

3.2.2 Na escola – questões relacionais

A escola se constitui de relações humanas. É um espaço relacional por excelência. Seu funcionamento depende das relações e da integração de todos, equipe gestora, docente e dos alunos. As escolas fundam sua identidade por meio de um documento elaborado pela equipe e comunidade escolar, o Projeto Político Pedagógico (PPP). No PPP estão descritas a identidade da escola, sua filosofia, fundamentos teóricos e proposta de trabalho. Em alguns casos consta também a história da instituição. De acordo com Oliveira (2009, p. 29):

Na sua inter-relação, os grupos formam o todo da instituição. Portanto, para o psicopedagogo, o importante é conhecer o processo histórico de funcionamento e estabelecimento da estrutura maior que é a instituição a partir das redes de relação. Esse pensamento amplia a sua visão e lhe dá maior flexibilidade para agir e compreender o estado atual da organização, isto é, como ela se caracteriza hoje.

O conhecimento da história da organização permite ao profissional conhecer a evolução da escola, as principais mudanças tanto na estrutura pedagógica quanto em relação à comunidade a qual ela atende.

As questões ou dificuldades relacionais podem surgir entre os diferentes grupos na escola, entre os alunos; alunos e professores; entre a equipe, e, ainda, com as famílias. Em geral, o psicopedagogo atua nestes casos junto ao orientador pedagógico realizando uma análise que levante os motivos do aparecimento do problema. Casos como violência, preconceitos e discriminação, exclusão, ou até *bullying* estariam entre as questões relacionais que interferem na aprendizagem e que seriam alvo de um trabalho institucional.



© Monkey Business Images / Shutterstock

As estratégias utilizadas para uma intervenção em psicopedagogia institucional poderiam ser, por exemplo, as dinâmicas de grupo, ou a criação de projetos de trabalho que cumpram o papel de envolver toda a comunidade escolar, retirando o foco dos indivíduos diretamente comprometidos, e envolvendo todo o coletivo na busca de soluções para a melhoria das relações.

3.2.3 Na escola – questões familiares

A relação entre a escola e a família é um tema bastante discutido tanto na literatura, como objeto de pesquisa, quanto pelas escolas, em sua relação com a comunidade onde se insere e a qual atende. A psicopedagogia entende que as dificuldades de aprendizagem podem estar ligadas à dinâmica familiar, e refletir no desempenho dos alunos na escola. Este é um dos aspectos investigados durante o processo de avaliação e diagnóstico junto com os aspectos sociais e individuais.



© Pressmaster / Shutterstock

Atualmente, discute-se muito em vários meios – de comunicação e acadêmico – a constituição de **novas famílias**, termo que se utiliza para designar as famílias que não correspondem ao modelo tradicional de pai, mãe e filhos. As crianças na escola hoje vêm de núcleos familiares com diferentes composições, e este tema ainda está sendo processado pela sociedade como um todo. Neste caso particular, e junto com a orientação educacional da escola, o psicopedagogo pode atuar quando esta questão passa a influenciar na aprendizagem. Trazer a questão para o coletivo, como um assunto para discussão e debate – levando-se em consideração a faixa etária dos alunos atendidos pela escola –, é uma forma de não particularizar um ou outro aluno, torná-lo tema de interesse social, ampliando os horizontes de entendimento e facilitando a convivência no ambiente escolar. O psicopedagogo, nestes

casos, pode colaborar construindo junto com a equipe escolar, alunos e famílias, estratégias como projetos, feiras e grupos de discussão, promovendo a integração e levando as questões a esse respeito à condição de objeto de aprendizagem.

As expectativas das famílias em relação ao desempenho dos alunos também é um tema diretamente relacionado à aprendizagem e, mais especificamente, ao trabalho docente.

Quando estas expectativas se desencontram dos resultados esperados pelas avaliações escolares é preciso que a escola busque meios de recuperar a confiança dos responsáveis pelos alunos. Por meio da assessoria psicopedagógica, a equipe escolar pode traçar estratégias de integração com o objetivo de estabelecer o diálogo entre as partes e recuperar o apoio das famílias.

3.2.4 Nas empresas e organizações não governamentais

O psicopedagogo nas empresas e organizações não governamentais atua, principalmente, no sentido de promover o avanço da organização por meio de novos conhecimentos. O trabalho institucional realizado pela psicopedagogia com grupos nas empresas busca abrir espaço e criar condições entre seus membros, para novas formas de relacionamento com os objetos de aprendizagem. Um dos objetivos mais importantes é a promoção de formas de comunicação e interação entre os membros da organização mais eficientes, e que se traduzam em benefícios para os indivíduos e a empresa.

No artigo de Rodrigues (2012, p. 359) encontramos alguns focos do trabalho psicopedagógico em empresas:

- a criação de diferentes condições de aprendizagem no trabalho;
- o desenvolvimento de funções, desempenho e aptidões criativas dos trabalhadores;
- aumento de soluções e dinâmicas para a consciência da atuação dos colaboradores;
- ajustamentos de informações e da comunicação nas relações entre pessoas e setores.

Nesse sentido, Rodrigues (2012) traz uma importante contribuição, e exemplo, de como o trabalho do psicopedagogo em empresas pode promover o desenvolvimento da organização por meio de novas aprendizagens. Esta pesquisa mostra que incentivar e investir nas pessoas e na qualidade das relações entre elas no ambiente institucional pode ser um fator positivo de competitividade para as empresas.

Um aspecto fundamental da prática e intervenção psicopedagógicas é promover a abertura de um espaço de comunicação e diálogo, onde os participantes possam rever conceitos, mecanismos, rotinas e formas de comportamento. A dinâmica do trabalho de intervenção nas empresas possibilita que questões, por vezes delicadas, de relacionamento interpessoal, por exemplo, possam ser tratadas de forma coletiva, no sentido de promover um espaço favorável à construção de novas abordagens, transformando as maneiras de relacionamento instituídas.

3.3 Instrumentos de observação e análise

A psicopedagogia tem uma metodologia de trabalho que se direciona para um objeto específico: a aprendizagem. Sua base teórica é a Epistemologia Convergente, que fundamenta e orienta a adoção de um conjunto de técnicas, métodos e instrumentos adequados aos objetivos e propósitos de sua prática e objeto de estudos.

A cada caso, durante a etapa de avaliação e diagnóstico, o psicopedagogo se depara com um conjunto de aspectos, ou evidências, que vão conformando um contexto específico. As circunstâncias, o ambiente e os personagens, nunca são os mesmos. Por exemplo, ao identificar um mesmo problema de aprendizagem em escolas diferentes, é preciso analisar o problema à luz do contexto específico da escola onde ele se encontra.

No caso das escolas é muito comum encontrar na literatura o relato de uma experiência de intervenção psicopedagógica tendo como queixa inicial as frequentes repetências dos alunos em uma determinada série, como já citado neste texto. Ou ainda, deficiências comuns aos alunos, como por exemplo, na leitura e escrita, ou no raciocínio matemático. No entanto, ao analisar estes casos percebemos que variáveis importantes como metodologia de ensino, nível social e cultural dos alunos e suas famílias, condições de infraestrutura da escola, formação dos professores, entre outros, ganham pesos e medidas diferentes. Estes fatores levam o psicopedagogo a buscar e considerar dados para uma análise da situação específica em cada instituição.

A investigação empreendida para fins de avaliação e diagnóstico ocorre em uma sequência de procedimentos que tem por objetivo descrever uma determinada situação, em um contexto social específico. No contexto institucional a finalidade é analisar as relações humanas ou o grupo implicado no aparecimento do problema e buscar levantar hipóteses que orientem o a prática de intervenção.



Importante ressaltar que estamos nos referindo ao **método clínico** de investigação, parte que compõe a Epistemologia Convergente, em que a atividade dos indivíduos envolvidos no problema implica na desconstrução e reconstrução do conhecimento e significados do problema. Neste caso, o comportamento e o discurso dos sujeitos são os principais fatores a serem observados pelo psicopedagogo e, dessa forma, podemos dizer que estamos lidando com dados subjetivos.



O método clínico, apesar do nome, não se refere à clínica como espaço de atendimento, mas à clínica como uma atitude investigativa. Está relacionado a uma metodologia que pressupõe a atividade dos investigados e sua participação na construção de resultados.

Ainda a respeito do método clínico, na perspectiva institucional representa a capacidade e habilidade de escuta do psicopedagogo frente aos sujeitos e à situação na qual eles se encontram. Representa também o exercício de elaboração de hipóteses sobre essa situação e específica apresentada pela interlocução dos personagens da instituição.

Com relação ao trabalho dos psicopedagogos na escola, Fernández (2001, p. 35) ressalta que:

[...] o psicopedagogo é alguém que convoca todos a refletirem sobre sua atividade, a reconhecerem-se como autores, a desfrutarem o que têm para dar. Alguém que ajuda o sujeito a descobrir que ele pensa, embora permaneça muito sepultado, no fundo de cada aluno e de cada professor. Alguém que permita ao professor ou à professora recordar-se de quando era menino ou menina. Alguém que permita a cada habitante da escola sentir a alegria de aprender para além das exigências de currículos e notas.

A seguir apresentaremos técnicas e métodos utilizados pelos psicopedagogos e que possibilitam ver como estes instrumentos servem ao trabalho prático em psicopedagogia e suas diferentes etapas.

3.3.1 Dinâmicas em grupo

As dinâmicas em grupo são excelentes recursos para a observação do funcionamento dos grupos e suas relações, são, portanto o instrumento mais adequado ao trabalho em instituições. Por meio delas podemos simular situações e observar os personagens da instituição, como se comportam e se relacionam, em relação ao tema em questão. São também importantes para o trabalho de intervenção como meio e espaço de discussão e produção de ideias, de confronto de opiniões e mediação de conflitos.

Dentre as técnicas utilizadas na psicopedagogia institucional podemos diferenciar as dinâmicas quanto ao seu objetivo e momento estratégico.

- **Na fase de avaliação e diagnóstico** – EOCMEA: Entrevista Operativa Centrada no Modelo Ensino-Aprendizagem. Esta dinâmica criada a partir da **EOCA**, entrevista operativa centrada na aprendizagem utilizada na psicopedagogia clínica, foi transposta e adaptada para os grupos sociais. Da mesma forma, inicia por meio de uma consigna ou proposta de uma tarefa a ser realizada pelo grupo. A consigna é elaborada de acordo com o problema apontado e tem como objetivo saber a visão do grupo sobre o problema. A partir daí, o psicopedagogo observa e registra as interações, os discursos e os temas durante o tempo determinado para a dinâmica.
- **Na fase de intervenção** – Grupos operativos. Esta técnica foi criada por Pichon-Rivière e tem por base a teoria dos vínculos. Considera o grupo como um todo onde o que se observa são as relações entre os membros. A partir de uma tarefa com 2 coordenadores – um que registra e outro que participa como mediador – o objetivo da tarefa empreender uma aprendizagem em grupo, ressignificando os conhecimentos existentes acerca do tema envolvido na tarefa. Ou seja, provocar o aparecimento de conteúdos não manifestos, mas de representações do grupo.



A Entrevista Operativa Centrada na Aprendizagem (EOCA) é uma técnica de avaliação criada por J. Visca para o atendimento individual. Nesta técnica, o sujeito é chamado a realizar uma tarefa que é observada pelo psicopedagogo, seguindo os critérios de análise: tema, dinâmica e produto (VISCA, 2010).

Recurso por excelência para o trabalho em grupo, dinâmicas de vários tipos podem também se adequar aos objetivos de: promover a interação do grupo, apresentar novos temas, fortalecer os vínculos de interação e, ainda, minimizar os entraves às relações, facilitando a comunicação.

3.3.2 Formulários de observação

O registro do processo de avaliação é de fundamental importância para o sucesso do diagnóstico. O profissional procede a esse registro organizando as suas observações, orientado pelos propósitos de cada etapa e pelo resultado dos instrumentos e técnicas utilizadas.

O psicopedagogo, visando o registro da sequência do trabalho, deve elaborar seus formulários de observação, nos quais constam as informações e dados objetivos como datas, locais e indivíduos envolvidos, assim como os indícios a respeito do observado e que podem apoiar a formulação da hipótese diagnóstica. Por exemplo, ao observar o trabalho de um professor em sala de aula, o psicopedagogo anota, além dos dados acima, o número de alunos, o tema da aula, a participação dos alunos, a metodologia da aula e o comportamento do professor e dos alunos, ou seja, todos os elementos observáveis que podem contribuir para a compreensão do problema.

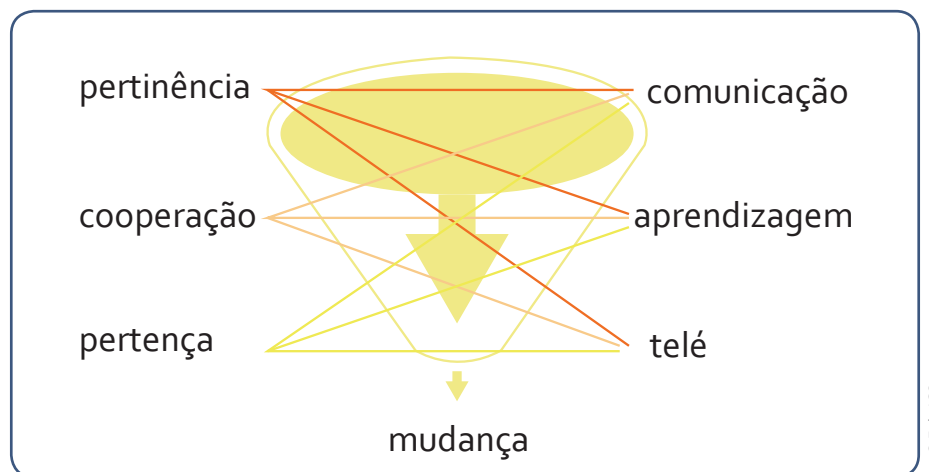
Não há um modelo de formulário para as observações descritas anteriormente, porém os instrumentos e técnicas, como dinâmicas e entrevistas, apresentam formas de registro específicas baseadas nas teorias que as sustentam e na experiência prática.

Vamos destacar aqui o registro das dinâmicas do tipo EOCMEA e Grupo Operativo por se tratarem de técnicas bastante utilizadas na psicopedagogia institucional.

Encontramos na literatura (VISCA, 2010; PICHON-RIVIÈRE, 1998a; 1998b) pontos específicos a serem observados, denominados de vetores. Sobre os vetores, nas palavras de Visca (adaptado de VISCA, 2010, p. 39):

- a **PERTENÇA** consiste na sensação de sentir-se parte,
- a **COOPERAÇÃO** consiste nas ações com o outro e
- a **PERTINÊNCIA** consistena eficácia com que se realizam as ações;
- a **COMUNICAÇÃO** pode ser caracterizada como o processo de intercâmbio de informação, que pode ser entendido desde o ponto de vista da teoria da comunicação ou a partir da teoria psicanalítica etc.;
- a **APRENDIZAGEM**, como apreensão instrumental da realidade;
- a **TELÉ** – palavra de origem grega, como a distância afetiva (positiva-negativa) entre os participantes do grupo (grifos do autor).

J. Visca (2010) lista estes aspectos tendo por base a teoria de grupos de **Pichón-Rivière**, que os organiza na forma de um cone invertido, conforme a figura a seguir:



A figura do cone mostra o movimento relacional entre os vetores e que é conduzido na dinâmica de grupo pelo psicopedagogo na direção da produção de comportamentos e ideias que levem a novas aprendizagens e sugiram uma mudança pelo grupo. A ponta do cone está para baixo justamente para sugerir a convergência dos vetores para os objetivos da mudança ou transformação.

Nas duas dinâmicas, EOCMEA e Grupo Operativo, os vetores guiam a observação e correspondem aos aspectos observáveis próprios a cada dinâmica, formulados de acordo com as teorias.

Na EOCMEA o objetivo é a produção de sentido pelo grupo a respeito do problema que se pretende investigar em cada organização. A finalidade é mais avaliativa e menos de intervenção.

Nas dinâmicas de Grupo Operativo, que ocorrem na fase de intervenção, observam-se os mesmos aspectos, porém o objetivo final é a aprendizagem, uma mudança de posição dos sujeitos, o que altera a condução do trabalho psicopedagógico que conta, além do psicopedagogo, com a participação de um coordenador, ou mediador, e do escriba, selecionados pelo psicopedagogo durante a fase de diagnóstico. A tarefa ou consigna direciona os trabalhos do grupo para este objetivo.



Para conhecer melhor a teoria de Pichon-Rivière que é um dos tripés da Epistemologia Convergente e fundamenta a psicopedagogia institucional, conheça suas obras: *Teoria do Vínculo* (1998a) e *O Processo Grupal* (1998b).

Os formulários de observação, além destas informações já determinadas, devem conter ainda comentários do psicopedagogo, que não deve perder de vista os objetivos de seu trabalho.

3.3.3 Tipos de entrevistas

A decisão sobre os instrumentos para a prática psicopedagógica se baseia nas peculiaridades de cada caso. As entrevistas no trabalho prático em psicopedagogia são um instrumento indispensável por permitir a aproximação do profissional dos sujeitos envolvidos e permitir o acesso ao pensamento e opiniões dos membros do grupo. A entrevista tem por objetivo inicial no processo, situar o psicopedagogo no contexto da instituição por meio de informações e interpretações de seus membros.

De acordo com Bleger (2007, p. 7) a entrevista:

[...] consiste em uma relação humana na qual um dos integrantes deve procurar saber o que está acontecendo e deve atuar segundo esse conhecimento. A realização dos objetivos possíveis da entrevista (investigação, diagnóstico, orientação etc.) depende desse saber e da atuação de acordo com esse saber.



Assim, temos que a entrevista como meio de investigação psicopedagógica oferece a possibilidade de estabelecer uma relação de diálogo entre os indivíduos envolvidos aspecto importante para a criação de vínculos.

No processo de avaliação as entrevistas iniciam-se por aquele que demanda o trabalho buscando saber informações mais detalhadas sobre a queixa ou motivo. Outras versões do mesmo problema são fundamentais e pode-se obtê-las em entrevista individuais, ou em grupo.

Podem variar em quantidade e formato em função das características da instituição, número de pessoas envolvidas e personagens identificados.

O questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido “[...] como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”, esta é também a função das entrevistas no trabalho psicopedagógico.

Em uma categorização geral, resumida e adaptada de Gil (1999), as entrevistas podem ser classificadas em: informal, focalizada, por pautas e estruturada.

Entrevista informal (livre ou não-estruturada)

é o tipo menos estruturado, e só se distingue da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados. O que se pretende é a obtenção de uma visão geral do problema pesquisado, bem como a identificação de alguns aspectos da personalidade do entrevistado.

Entrevista focalizada (semi-estruturada ou semidirigida)

é tão livre quanto a informal, todavia, enfoca um tema bem específico. Permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas quando este se desvia do tema original, o entrevistador deve se esforçar para sua retomada.

Entrevista por pautas (semi-estruturada ou semidirigida)

apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesses que o entrevistador vai explorando ao longo do seu curso. As pautas devem ser ordenadas e guardar certa relação entre si. O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que se refere às pautas assimiladas. Quando este, por ventura, se afasta, o entrevistador intervém de maneira sutil, para preservar a espontaneidade da entrevista.

Entrevista estruturada (fechada)

desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número. Por possibilitar o tratamento quantitativo dos dados, este tipo de entrevista torna-se o mais adequado para o desenvolvimento de levantamentos sociais.

3.3.4 Organização da coleta de dados do psicopedagogo

O conjunto dos resultados, dados e informações obtido na avaliação e diagnóstico, por meio das técnicas e métodos descritos anteriormente, tem como objetivo propiciar a compreensão do fenômeno estudado – no caso, um problema relacionado à aprendizagem –, subsidiar a produção do informe e devolutiva à instituição e projetar a intervenção.

Como um trabalho de investigação o psicopedagogo procede ao registro de todos estes encontros guiado pelos indícios que caracterizam o problema, e orientado por um olhar e uma escuta atentos. O conhecimento da teoria que fundamenta a psicopedagogia embasa a formulação das hipóteses e conclusões do trabalho.

A avaliação e o diagnóstico da situação, a partir da queixa inicial informada pela instituição, são realizados por meio da elaboração de hipóteses apresentadas no informe junto a uma proposta de intervenção.

O reconhecimento do ambiente e a identificação dos personagens envolvidos no problema, inicialmente apontado, fazem parte do início do trabalho de investigação do psicopedagogo na instituição.

Os dados e informações recolhidos nesta etapa compõem o quadro geral a partir do qual o profissional vai traçar seus próximos passos. De uma forma esquemática, podemos destacar um roteiro de pontos fundamentais para o início do trabalho:



- a. Contato e entrevista com o profissional da instituição que buscou o serviço e que formula a queixa ou motivo, visando obter mais dados para a elaboração do problema.
- b. Entrevista com outros profissionais envolvidos e apontados a partir da entrevista inicial.
- c. Na escola, caso seja necessário, observação em sala de aula, ou outros espaços.
- d. Dinâmica de integração com os alunos, e/ou equipe.
- e. Acesso a materiais e documentos que traduzam a missão da organização, sua história, filosofia e finalidades. Na escola é muito importante ter acesso ao Projeto Político Pedagógico e/ou à proposta pedagógica.
- f. Observação do ambiente e da estrutura física da organização.
- g. Conhecimento da estrutura organizacional, onde estão apresentadas as relações entre os profissionais e hierarquias.

A análise destes dados e informações leva à elaboração de hipóteses sobre os problemas identificados, e ao planejamento de outros momentos para o diagnóstico e, posteriormente, para a intervenção.

3.4 Apresentação do informe

O informe psicopedagógico é o documento por meio do qual o psicopedagogo apresenta uma descrição do caso e as conclusões preliminares, com vistas a um diagnóstico. Este documento não é conclusivo, ou seja, não oferece respostas ao problema identificado, mas uma proposta de encaminhamento para o trabalho de intervenção.

Neste sentido, apresenta mais do que um relato das etapas empreendidas no trabalho psicopedagógico. Ele deve apresentar uma relação com as teorias, como em um estudo, abrangendo todos os aspectos relacionados e investigados na direção da compreensão do problema identificado.



Na perspectiva da construção do conhecimento o informe representa um documento cujo teor possa permitir a abertura de novos caminhos para a dinâmica institucional. O informe é apresentado inicialmente a quem demandou o serviço nas escolas, em geral, à direção ou à coordenação, e nas empresas à pessoa designada

para acompanhar o trabalho do psicopedagogo junto com o profissional responsável por autorizar e dar continuidade às ações.

O informe deve apresentar um conjunto coeso de indicações fundamentadas na teoria e que ofereçam uma visão geral do problema, sendo coerente e pertinente à instituição em foco.

3.4.1 Elaboração do informe psicopedagógico institucional

A elaboração do informe é de responsabilidade do psicopedagogo e conta com a experiência, o conhecimento e a capacidade do profissional em relacionar os dados obtidos no trabalho em campo com os conceitos e as bases teóricas. A justificativa para cada passo e decisão do trabalho psicopedagógico deve estar fundamentadas nestes conhecimentos para que as ações e os resultados destas possam ser avaliados e qualificados, com vistas a efetividade e continuidade do que foi sugerido pelo psicopedagogo.

Assim, por exemplo, os documentos oficiais da instituição, aliam-se aos dados obtidos em campo, como entrevistas, observações, dinâmicas, entre outros, para junto com a expertise do psicopedagogo formar um todo consistente para subsidiar a instituição nas mudanças necessárias.

Sendo um documento escrito, nesta elaboração devem-se seguir alguns preceitos éticos, como não nomear entrevistados para não expor os sujeitos desnecessariamente, ou ainda emitir opiniões, que possam ser interpretadas como julgamento ou crítica. O informe levanta hipóteses para a intervenção com base nos dados obtidos. O psicopedagogo deve resguardar o sigilo, em alguns casos, mantendo uma postura profissional. Por fim, não se pode esquecer do cuidado ao redigir e apresentar o documento.

Veremos a seguir alguns pontos que compõem o informe e suas características.

3.4.2 Itens essenciais do informe psicopedagógico: queixa, instrumentos utilizados e propostas de intervenção

Consideram-se como itens essenciais do informe aqueles que oferecem a quem lê uma visão ampla do trabalho empreendido, assim como um conjunto de informações que levem a compreensão da identidade da escola, da relação desta com o problema identificado e dos caminhos a serem construídos na direção da mudança.

O informe apoia o psicopedagogo na entrevista de devolutiva à escola. Serve de documento base para esta entrevista, onde as conclusões preliminares a partir da análise dos resultados do processo de avaliação e diagnóstico são compartilhadas com os profissionais da escola. Não há um modelo pronto de como elaborar o informe, mas uma indicação de roteiro formalizado e que proporciona uma compreensão do processo até então. Podemos sugerir como itens essenciais deste documento:



© Dusit / Shutterstock

1

Identificação da Instituição.

2

Desenvolvimento ou introdução – descrição da queixa ou do motivo da avaliação, relação com o problema formalizado pelo psicopedagogo.

3

Registro das entrevistas – não é o relato do conteúdo das entrevistas, mas a relação das pessoas entrevistadas e justificativa.

4

Análise do Projeto Político Pedagógico – escolas.

5

Registro dos encontros.

6

Registro das observações realizadas.

7

Parecer psicopedagógico – hipótese diagnóstica.

8 Proposta de intervenção.

9 Considerações finais.

10 Referências e anexos.

Os anexos em geral referem-se a exemplos dos formulários, registros de imagens, autorizações.

3.4.3 A devolutiva e suas especificidades

A devolutiva, ou entrevista devolutiva, marca o final do processo de avaliação e diagnóstico. Como o nome sugere, o psicopedagogo devolve à instituição sob a forma de informe, como descrito acima, os resultados e conclusões do processo. Podemos ter várias devolutivas em um mesmo processo de trabalho psicopedagógico dependendo da complexidade deste e das etapas planejadas. Por exemplo, a primeira devolutiva trata da avaliação e diagnóstico, e combina a intervenção – após a intervenção o psicopedagogo pode marcar outra devolutiva para o acompanhamento dos resultados desta etapa.

A devolutiva de final de diagnóstico deve ser planejada e ter como um dos cuidados o respeito à hierarquia da instituição ou às relações estabelecidas durante o trabalho do psicopedagogo na organização. Durante a avaliação e intervenção, o psicopedagogo identifica entre os personagens da instituição aqueles que serão seus multiplicadores, aqueles dos quais se tornou parceiro e que se implicaram no trabalho.



O momento da devolutiva ou da devolução à instituição tem um papel muito importante para que o trabalho de intervenção aconteça, mesmo quando o psicopedagogo não estiver presente, assim como para que não se perca posteriormente, com a saída do psicopedagogo. Ela firma um contrato, ou o enquadramento, onde estão detalhados e justificados pelo informe os detalhes e as etapas seguintes necessárias ao trabalho de intervenção: como por exemplo, a duração da intervenção, as técnicas e os resultados esperados, e os participantes. A devolutiva pode acontecer de diferentes formas dependendo da relação estabelecida pelo psicopedagogo com o grupo, e

dos acertos feitos com eles sobre a intervenção e expectativas de mudanças. Assim, o planejamento do momento da devolutiva cabe ao psicopedagogo como parte da estratégia, porém, cabe também à instituição no que toca a sua responsabilidade e compromisso com o trabalho. Por exemplo, pode-se combinar uma devolutiva em grupo, ou somente com os atores principais do trabalho de intervenção.

A devolutiva pode ainda estar contida na estratégia de intervenção servindo como reforço ao trabalho e forma de impulsionar as mudanças. Essa concepção de devolutiva ganha ainda mais um reforço ao:

- reforçar os vínculos do trabalho com a instituição;
- permitir a participação do grupo como um todo no conhecimento das hipóteses e conclusões;
- implicar todo o grupo na direção das ações futuras.

A devolutiva não deve significar um ponto final, nem o encerramento do trabalho, mas sim o início do acerto das condições e possibilidades para a continuidade deste trabalho ao gerar o enquadramento. No próximo item descreveremos alguns aspectos e possibilidades de acompanhamento e monitoramento dos resultados.

3.4.4 O monitoramento dos resultados obtidos



O trabalho de intervenção no contexto da prática psicopedagógica institucional implica na instauração de um processo de mudança e construção coletiva de conhecimento na organização, a partir de uma necessidade evidenciada como um problema por seus membros. Todo o processo de trabalho psicopedagógico empreendido na instituição junto aos grupos e indivíduos que dela participam representa um esforço de reflexão, descoberta e desvelamento de obstáculos à transformação.

A psicopedagogia, por meio da ideia de autoria de pensamento, convida o coletivo da instituição a ativamente se posicionar e participar deste processo. Um dos pressupostos do trabalho de intervenção é a participação dos sujeitos instituídos na ressignificação das práticas grupais.

A transformação nas ideias do grupo se dá por uma releitura das práticas e reconstrução da dinâmica existente.

O psicopedagogo atua na abertura de espaço para esta reflexão e ressignificação das práticas e rotinas, ou seja, dos comportamentos dos grupos que constituem a instituição. A construção de novas ideias e concepções realizadas ao longo do trabalho de

intervenção psicopedagógica pelos participantes e membros da instituição deve possibilitar a produção de novos vínculos com os objetos de aprendizagem e, consequentemente, novos comportamentos ou ações.

Com isto em mente, o monitoramento ou acompanhamento dos resultados é planejado pelo psicopedagogo, por meio do enquadramento proposto no momento da devolutiva do diagnóstico à instituição. Este monitoramento acontece com a proposição de novos encontros com a equipe da instituição, para avaliar a evolução das transformações esperadas, e propor novas intervenções caso necessário.

Podemos citar como exemplo o que ocorre em algumas escolas, relativo à metodologia na relação ensino-aprendizagem. Em muitos casos, a avaliação psicopedagógica identifica a necessidade de uma releitura e reprogramação curricular como diagnóstico das dificuldades de aprendizagem. O psicopedagogo planeja e combina com a equipe técnica da escola esta tarefa como parte da intervenção, programando a avaliação em um tempo sugerido. Pode orientar também, como metodologia para este fim, a formação de grupos de estudo ou oficinas de trabalho, e dinâmicas para a vivência e reflexão das novas formas de aprender.

Desta maneira, o psicopedagogo encaminha a instituição na direção do compromisso com seu próprio trabalho e resultados, e com uma proposta de prevenção à reincidência dos comportamentos indesejáveis.

Para concluir este capítulo, usamos como inspiração a afirmação de Nadia Bossa, profissional e pesquisadora, referência na área e que tem se dedicado ao desenvolvimento e afirmação da psicopedagogia:

Ainda que os obstáculos sejam muitos, a Psicopedagogia se constrói incessantemente, como que voltando para si aquilo a que se propõe: auxiliar o ser humano a superar-se nas adversidades por meio da aprendizagem. Assim, aprende a Psicopedagogia que argumentar sobre seu direito de existir já é prova de sua existência. Sabe-se existindo; consciente de sua responsabilidade, reivindica tenazmente espaço para sua autoria (BOSSA, 2008, p. 47).

Concordando com Bossa (2008), este estudo teve como objetivo contribuir para o entendimento da psicopedagogia, ressaltando o que foi dito no início, que aprendemos sempre, que a aprendizagem é infinita em suas possibilidades e que para isso nos exige, enquanto profissionais, a constante dedicação e aperfeiçoamento necessários tanto para nós mesmos quanto para o avanço do conhecimento.

Referências

- BLEGER, J. **Temas de Psicologia**: entrevista e grupos. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BOSSA, N. A. **A Psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- _____. A emergência da Psicopedagogia como ciência. **Revista Psicopedagogia**, v. 25, n. 76, p. 43-48, São Paulo, 2008. Disponível em: <pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862008000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04/08/2017.
- _____. **A Psicopedagogia no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- FERNÁNDEZ, A. **Os Idiomas do Aprendente**: análise das modalidades ensinantes com famílias, escolas e meios de comunicação. Tradução de Hickel N. K. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- OLIVEIRA, L.B.; NAVARRO, L.C. A contribuição do psicopedagogo no contexto escolar frente aos desafios da contemporaneidade. **Revista Eletrônica Interdisciplinar** – Univar, v. 1, n.13, 2015. Disponível em: <www.univar.edu.br/revista/index.php/interdisciplinar/article/view/417>. Acesso em: 04/08/2017.
- OLIVEIRA, M.A. **Intervenção Psicopedagógica na Escola**. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.
- PATTO, M.H.S. **A Produção do Fracasso Escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- PICHON-RIVIÈRE, E. **Teoria do Vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998a.
- _____. **O Processo Grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 1998b.
- PONTES, I. A.M. Atuação psicopedagógica no contexto escolar: manipulação, não; contribuição, sim. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 27, n. 84, p. 417-427, 2010. Disponível em: <pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06/08/2017
- RODRIGUES, V. dos R. C. O psicopedagogo nas organizações: a aprendizagem como estratégia competitiva. **Revista Psicopedagogia**, v. 29, n. 90, p. 356-362, São Paulo, 2012. Disponível em: <pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862012000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04/08/2017.
- SCOZ, B. **Psicopedagogia e Realidade Escolar**. O problema escolar e de aprendizagem. Petrópolis: Vozes, 2009.
- VERCELLI, L.C. A. O trabalho do psicopedagogo institucional. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 139, dez. 2012. Disponível em: <ojs.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/17281/10050>. Acesso em: 04/08/2017.
- VISCA, J. **Clínica Psicopedagógica**: Epistemologia Convergente. 2. ed. Tradução de Laura Monte Serrat Barbosa. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2010.

4 A contribuição da psicopedagogia clínica para a psicopedagogia institucional

A psicopedagogia desenvolveu duas vertentes de trabalho que diferem, principalmente, quanto aos campos de atuação: o individual e o social. No campo individual, que vem a ser a psicopedagogia clínica, diferenciamos as questões relacionadas a problemas de aprendizagem de um sujeito específico, é um trabalho que acontece em atendimento em consultórios ou clínicas.

A psicopedagogia que chamamos de institucional trabalha com as questões de aprendizagem relativas a um grupo, inserido em uma instituição social, e dentre estas destacam-se a escola, os hospitais e as empresas.

No processo de consolidação da psicopedagogia como uma área de estudos, com objeto, conhecimentos e metodologias específicas, as duas vertentes da sua prática foram evoluindo, utilizando e adequando os fundamentos e seus conceitos aos objetivos de cada situação.

Neste capítulo conheceremos os principais conceitos da psicopedagogia, que historicamente têm sua origem em trabalhos relacionados à prática da psicologia clínica aliada à pedagogia, traçando um paralelo com o desenvolvimento da psicopedagogia institucional. Esta última, por seu caráter social ampliou os horizontes de atuação para além da situação escolar e individual, considerando a aprendizagem dos indivíduos em outros espaços, grupos e instituições.

Desvendar, revelar e conhecer as modalidades de aprendizagem dos sujeitos levou a psicopedagogia a um saber sobre a aprendizagem humana em que o respeito ao ritmo e à subjetividade contribuem significativamente para o avanço do conhecimento da nossa relação com os objetos de aprendizagem, favorecendo inclusive, o processo de inclusão escolar.

A Epistemologia Convergente é a base teórica da psicopedagogia, tanto clínica quanto institucional, e representa a integração de conceitos e ideias das teorias da psicologia social, da psicogênese do conhecimento e da psicanálise.

A psicopedagogia institucional se desenvolveu tendo como base os mesmos princípios teóricos que a clínica, porém orientou estes conhecimentos e suas ações para a dinâmica dos grupos institucionalizados, ou melhor, dos grupos sociais organizados em função de uma instituição social. Família, escola e sociedade – e suas instituições sociais – representam os grupos nos quais a ética das relações tem um papel a ser considerado no processo de aprendizagem.

Para conhecer e entender esses conceitos veremos a seguir como se caracteriza o trabalho da psicopedagogia clínica, com seus fundamentos e métodos, e como estes contribuem para a prática nas instituições.

4.1 As dimensões do trabalho na prática psicopedagógica clínica

Os seres humanos se constituem pela experiência. Quando os indivíduos chegam à escola, já trazem consigo uma gama de saberes aos quais a educação escolar aporta novos conhecimentos.

A psicopedagogia clínica contempla os sujeitos em situação escolar considerando todas as suas dimensões cognitivas, emocionais e relacionais. É centrada no indivíduo, ou, como se denomina, no sujeito da aprendizagem, o ser cognoscente.

Os diversos autores da psicopedagogia abordam as dimensões de acordo com a experiência prática que vão adquirindo, no entanto, todos têm em comum o princípio de que estas dimensões participam da aprendizagem, seja ela escolar ou não (SILVA, 1998; FERNANDEZ, 2001; VISCA, 2010).

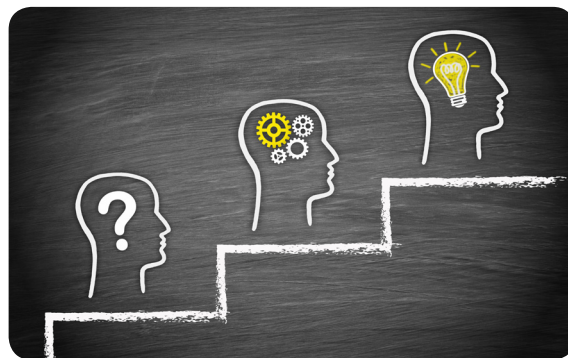
Os indivíduos formam sua personalidade, sua expressão no mundo, a partir da subjetividade construída pelas experiências em interação com o meio. Dessa maneira, a subjetividade é um conceito caro à psicologia, o qual a psicopedagogia sustenta, pois representa o conjunto das experiências vividas pelos sujeitos e interpretadas por eles de maneira particular.

Sobre esse assunto, vejamos o que afirma a psicopedagoga e pesquisadora Alicia Fernandez:

Quando o sujeito renuncia à sua história ou é impedido de ser autor dela, a primeira consequência deste impedimento manifesta-se no enrijecimento de sua modalidade de aprendizagem. Ele não apenas deixa de transformar o mundo, mas abandona a tarefa humana de transformar-se a si mesmo (FERNANDEZ, 2001, p. 22).

A autora, ao se referir sobre o que acontece quando um indivíduo se “fecha” ao aprender, ressalta a relação indissociável entre sua história de vida e suas aprendizagens, destacando a importância de um processo de desenvolvimento e aprendizagem saudáveis que permitam o acesso dos indivíduos aos conhecimentos e a sua inserção na cultura e na sociedade.

O fracasso escolar, tema de inúmeros trabalhos e pesquisas acadêmicas, representa para o indivíduo e para a sociedade e suas instituições, principalmente educacionais, um problema de dimensões e consequências políticas, muitas vezes, irreversíveis. Weiss (2008, p. 16) define o fracasso escolar como: “[...] uma resposta insuficiente do aluno a uma exigência ou demanda da escola”. Ainda de acordo com Fernandez (2001), essa questão pode ser analisada e estudada por diferentes perspectivas: a da sociedade, a da escola e a do aluno.



© docstockmedia // Shutterstock

Numa perspectiva institucional o fracasso escolar também se apresenta como tema dos mais relevantes. Nestes casos, o que se avalia é o grupo de alunos como um todo, seu desempenho, e as relações da equipe escolar e suas ações em função deste problema.

Em sua trajetória histórica, desde os anos 1950, a psicopedagogia iniciou com a atenção às crianças que apresentavam dificuldades de aprendizagem e que chegavam à clínica médica ou à psicológica. O estudo desses casos foi evidenciando aspectos que levaram à busca pela contribuição de outras disciplinas correlatas, evoluindo para a configuração de um conhecimento independente sobre a prática e sobre o aprender.

No Brasil, a psicopedagogia clínica é uma área de muita expressão, principalmente por sua parceria frutífera com os autores argentinos que a fundaram. Jorge Visca, Alicia Fernandez, Sara Paín e Enrique Pichon-Rivière são os principais nomes que, com seus trabalhos, contribuíram para a consolidação da psicopedagogia como campo teórico e prático no processo de aprendizagem. A partir desses estudos, desenvolveram-se técnicas e métodos próprios para a aplicação do **método clínico** psicopedagógico.



O método clínico na psicopedagogia caracteriza-se por reunir metodologias para o processo terapêutico, como a observação, a experimentação e o diálogo, ou ainda por meio de conversa aberta, em um ambiente controlado pelo profissional. Este método teve origem na psiquiatria e foi consolidado nas ciências humanas por Jean Piaget.

A psicopedagogia clínica atua, predominantemente, a partir de um problema individual de aprendizagem no contexto escolar instituído e sistematizado. Para tanto, busca conhecer o processo de aprendizagem individual para melhor oferecer condições de aprendizagem. A psicopedagogia institucional, por sua vez, busca conhecer o processo de aprendizagem dos grupos instituídos, dos grupos que formam o todo de uma organização. Em ambas, observa-se o caráter preventivo da intervenção psicopedagógica por meio da construção e ressignificação das relações com os objetos de aprendizagem.

Nos subtópicos a seguir, conheceremos os principais aspectos e conceitos que definem a psicopedagogia como área teórica e prática.

4.1.1 O objeto da psicopedagogia clínica

O objeto da psicopedagogia clínica é o processo de aprendizagem. Durante o desenvolvimento dos seres humanos, o aprender está intimamente ligado ao desenvolvimento. As experiências que vivemos durante a vida são as fontes de todo o aprendizado e, neste caminho, se tornam conhecimentos que possibilitam novas aprendizagens.

Chamamos de psicopedagogia clínica o trabalho individual realizado com sujeitos que apresentam obstáculos à aprendizagem, buscando atuar nas causas dos sintomas relacionados ao aprender. Trata-se de uma investigação por meio do método clínico, que tem como principais características a definição de hipóteses de trabalho a partir da observação e da intervenção em situação terapêutica.

Mais especificamente, trata da aprendizagem de um sujeito específico em um contexto próprio a ele, particular. O objetivo do trabalho da psicopedagogia é compreender, intervir e prevenir que estes obstáculos voltem a aparecer.

A respeito da singularidade de cada indivíduo devemos considerar a contribuição de Maria Cecília Almeida e Silva (1998), psicopedagoga e autora de livros na área, que propõe considerarmos como objeto da psicopedagogia o **ser cognoscente**. Assim, mais do que o processo de aprendizagem, o trabalho clínico tem como objeto um sujeito particular, considerado em seus aspectos emocionais, sociais e cognitivos.



Ao enfatizarmos que a psicopedagogia tem como objeto o ser em processo de construção do conhecimento, ou seja, o ser cognoscente, não o definimos como uma totalidade acabada, posto que em processo de construção, mas num eterno vir a ser. Não sendo uma totalidade acabada, este ser apresenta dimensões racional, desiderativa e relacional que o constituem, nos permitindo defini-lo como contextualizado, de relação, pensante e apaixonado (SILVA, 1998, p. 59).

Dessa forma, o objeto da psicopedagogia clínica é o ser cognoscente, ou seja, o indivíduo que aprende e que tem, nas suas interações com o meio e com os outros, os elementos para aprender e construir conhecimentos, formando simultaneamente sua subjetividade – uma maneira particular de apreender e compreender o mundo.

O sujeito da aprendizagem é, portanto, um ser humano completo em suas dimensões emocionais, racionais e sociais. A Epistemologia Convergente, que representa a integração dos conhecimentos da pedagogia, da psicologia e da psicanálise, é a base teórica do trabalho clínico e institucional.

Para fundamentar essas ideias, a seguir conheceremos como as bases teóricas da psicopedagogia foram se constituindo.

4.1.2 A construção de uma disciplina: os fundamentos teóricos da psicopedagogia

A psicopedagogia que hoje conhecemos iniciou seus estudos debruçando-se sobre a investigação e compreensão dos problemas de aprendizagem que se expressam nos indivíduos em formas particulares. Nesse caminho, buscou fontes teóricas que pudessem dar suporte à prática, assim como oferecer elementos para o entendimento do fenômeno do aprender humano.

A prática da psicopedagogia, que foi se consolidando como disciplina partir da experiência clínica, baseia-se na confluência de teorias que constituem uma linha de trabalho com estudos específicos, a Epistemologia Convergente. Esta denominação, que se iniciou com Pichon-Rivière e se consolidou com Jorge Visca, garante à psicopedagogia clínica um espaço de compreensão para o fenômeno do aprender singular.

Barbosa (*In*: VISCA, 2010, p. 135) comenta que a Epistemologia Convergente é o “suporte para sua proposta de ação pedagógica”, e complementa:



© Andrey_Kuzmin // Shutterstock

A psicopedagogia na ótica da Epistemologia Convergente nasceu do desejo de compreender o processo de aprendizagem por meio de dois olhares necessários: o que olha para a subjetividade (Psicanálise) e aquele que olha para a construção de estruturas para conhecer (Psicogenética). Além disso, essa construção sofreu influência do que Pichon-Rivière chamou de “interciência” e, em alguns registros, de epistemologia convergente” (BARBOSA, *In*: VISCA, 2010, p. 135).

A Epistemologia Convergente representa a integração de teorias interligadas para um mesmo objeto. As teorias que a formam oferecem subsídios para uma compreensão mais completa do sujeito, considerando todos os aspectos que circundam a vida deste indivíduo e que influenciam sua aprendizagem: os aspectos emocionais, cognitivos e sociais que concorrem para elucidar a situação em que ele se encontra.

Nessa perspectiva integradora, encontram-se as influências das teorias da psicogênese de Jean Piaget, da psicanálise de Freud e da psicossociologia de Pichon-Rivière.

Os **aspectos emocionais** são investigados a partir das ideias e conceitos da psicanálise a respeito das formas de aproximação do sujeito ao objeto da aprendizagem. Enfoca os aspectos inconscientes envolvidos no ato de aprender, como o desejo e a razão. A análise dos **aspectos cognitivos** tem como principal base teórica a psicogênese descrita nos trabalhos de Jean Piaget. Os estudos de Piaget sobre o desenvolvimento da inteligência e do pensamento servem como referência e instrumento para a prática clínica. As ideias da perspectiva construtivista, que enfatizam a atividade dos sujeitos no processo de aquisição de conhecimento, colaboram para a noção de autoria de pensamento.

Por sua vez, os **aspectos sociais** têm por influência as ideias da psicologia social, ou da psicossociologia desenvolvidas por Pichon-Rivière (2000, p. 3) sobre os vínculos relacionais dos indivíduos: “[...] vínculo é a maneira particular pela qual cada indivíduo se relaciona com o outro ou os outros, criando uma estrutura particular a cada caso, a cada momento [...]”. Assim, segundo o autor:

O vínculo é um conceito instrumental em psicologia social que assume uma determinada estrutura e que é manejável operacionalmente. O vínculo é sempre um vínculo social, mesmo sendo com uma só pessoa: através da relação com essa pessoa repete-se uma história de vínculos determinados em um tempo e em espaços determinados (PICHON-RIVIÈRE, 2000, p.31).

Ou seja, vínculos são relações de afeto que construímos com os objetos do meio social e que nos implicam e explicam os comportamentos.

Em seus escritos atuais, Visca (2010) pontua que a Epistemologia Convergente não é uma teoria fechada, e que sua constituição interdisciplinar é peculiaridade da prática, com a qual se sustenta e se desenvolve. Podemos dizer que é justamente esta característica que abriu caminho para a consolidação de uma prática institucional da psicopedagogia.

4.1.3 O campo de atuação da psicopedagogia clínica

No contexto da psicopedagogia clínica a prática se constitui em uma investigação sobre o processo de aprendizagem de um indivíduo particular. Essa investigação ocorre seguindo o modelo clínico em que, além de uma pesquisa de dados a respeito do problema identificado, o que se deseja saber é como o sujeito se posiciona e se relaciona com os objetos de aprendizagem. Assim, o método clínico parte da atividade e da observação deste indivíduo numa relação terapêutica que segue um roteiro de técnicas e instrumentos de avaliação e diagnóstico.

Na **literatura em psicopedagogia** encontramos variações nesse roteiro, de acordo com cada pesquisador-autor (WEISS, 2008; FERNANDEZ, 2001; VISCA, 2010; 1991). Cabe ao prático na psicopedagogia decidir sua forma de ação para empreender a investigação em cada caso.



O livro *Psicopedagogia Clínica*, de Maria Lucia I. Weiss (2008), apresenta, detalhadamente, todos os aspectos que caracterizam o trabalho desenvolvido nessa ciência.

Por esta razão, segundo Weiss (2008, p. 32): “[...] o sucesso de um diagnóstico não reside no grande número de instrumentos utilizados, mas na competência e sensibilidade do terapeuta em explorar a multiplicidade de aspectos revelados em cada situação”. A formulação de um diagnóstico e das hipóteses diagnósticas ocorre por meio da análise e interpretação das informações que o profissional obtém nos encontros. Sobre o diagnóstico, Weiss (2008, p. 19) afirma:

Todo diagnóstico psicopedagógico é, em si, uma investigação do que não vai bem com o sujeito em relação a uma conduta esperada. Será, portanto, o esclarecimento de uma queixa, do próprio sujeito, da família e, na maioria das vezes, da escola. No caso trata-se do não-aprender, do aprender com dificuldade ou lentamente, do não revelar o que aprendeu, do fugir de situações de possível aprendizagem.

A prática clínica se dá em consultório, longe do contexto escolar, em um espaço privilegiado e propício ao trabalho clínico. Baseado na avaliação, o psicopedagogo define o contrato com a família do sujeito (e também com o próprio, quando possível). O contrato baseia-se no que se chama de enquadramento, ou seja, um plano do psicopedagogo no qual ficam estabelecidas as constantes de tempo (frequência e duração das sessões) e espaço (consultório). O enquadramento busca oferecer ao processo o distanciamento necessário da realidade, criando um espaço de expressão e de confiança do sujeito, para que ele possa restabelecer o contato consigo mesmo e com suas dificuldades, mediado pelo trabalho psicopedagógico.

O contato com a escola é de fundamental importância para o trabalho clínico, pois traz elementos do sujeito em um ambiente de relações de aprendizagem que colaboram com a avaliação, diagnóstico e intervenção. No entanto, o que está em jogo na prática clínica são os aspectos individuais e subjetivos de cada sujeito.

Na vertente institucional este contrato também acontece como uma via para a continuidade do trabalho. O enquadramento é um momento da investigação que acontece ao final da avaliação e diagnóstico quando se comunicam aos responsáveis na instituição o estudo realizado e as hipóteses que guiarão o trabalho de intervenção.

É um acordo entre o psicopedagogo e a instituição e ajusta os próximos passos, determinando as áreas ou setores ou grupos da instituição e os personagens que participarão diretamente da intervenção. Representa uma etapa importante e que sela um compromisso de trabalho.

A seguir alguns motivos ou queixas que levam a atuação da psicopedagogia.

4.1.4 Dificuldades, problemas e distúrbios de aprendizagem

De uma maneira geral, usamos o termo “dificuldades de aprendizagem” como um “guarda-chuva” para todas as situações em que o sujeito da aprendizagem, ou os sujeitos, no caso de grupos, se veem impedidos de atuar nesse processo. Além disso, todos os indivíduos, em algum momento, podem apresentar uma dificuldade de aprendizagem. O que sinaliza a necessidade de uma intervenção psicopedagógica é a aparição de sintomas que se colocam no lugar de um comportamento saudável, no sentido de estar livre de obstáculos na relação com os objetos de aprendizagem.



Desta forma, a psicopedagogia atua quando a dificuldade se torna um entrave na relação dos indivíduos com novos conhecimentos, impedindo o avanço e prejudicando as relações dos sujeitos entre si, causando desvios no processo de aprendizagem esperado.

Na maioria dos casos, o psicopedagogo clínico realiza o diagnóstico e a intervenção nos casos relacionados à aprendizagem escolar. As dificuldades que se tornam entraves à aprendizagem e que aparecem e se caracterizam com frequência, apresentando características semelhantes, são denominadas “distúrbios de aprendizagem”. Na escola encontramos, principalmente, as dificuldades relacionadas à leitura e à escrita como a dislexia, disgrafia e disortografia; ou ainda à matemática, como a discalculia. Incluem-se também os problemas relacionados à atenção e à concentração, como os transtornos de atenção e hiperatividade, os transtornos obsessivos-compulsivos e as alterações no Processamento Auditivo Central, conhecido como PAC. Nesses casos, a psicopedagogia atua em paralelo a outras especialidades, entre as quais a fonoaudiologia, a neurologia e a psicologia.

A ênfase na aprendizagem escolar, e a busca por meios eficazes no aprender faz com que o conhecimento do psicopedagogo complemente a terapêutica de outras especialidades.

Por fim, como afirma Weiss (2008, p. 30): “A prática em psicopedagogia não pretende enquadrar o sujeito em uma categoria, mas levar a uma compreensão global da sua forma de aprender e dos desvios que estão ocorrendo neste processo”. A

identificação de dificuldades, distúrbios ou transtornos, mais ou menos conhecidos, não implica em uma terapêutica psicopedagógica distinta do que está estabelecido. O que leva à diferença é a relação do sujeito com os objetos de aprendizagem e a intervenção adequada que o encaminhe para um processo de aprendizagem eficiente.

Como vimos anteriormente, a prática em psicopedagogia clínica investiga a relação de um sujeito particular com os objetos de aprendizagem.

Na psicopedagogia institucional não partimos de uma dificuldade de aprendizagem, a exemplo destas nomeadas anteriormente. Por certo há uma dificuldade em jogo, mas algo que se encontra na relação dos grupos com a instituição e suas finalidades, ou dificuldades de relação entre seus membros. Em uma escola, por exemplo, podemos dizer que altos índices de repetência ou de baixo desempenho em uma área de conhecimento levam a escola a investigar suas causas e intervir nos processos que envolvem os grupos que a constituem.

4.2 A psicopedagogia da clínica ao social

A psicopedagogia se funda como uma área específica de intervenção e de prática, fundamentada pelas teorias que compõem o que se chama de Epistemologia Convergente. Ao longo de sua evolução, foi construindo conceitos e métodos próprios que a distinguem e orientam o trabalho, em função do problema identificado e dos sujeitos implicados.

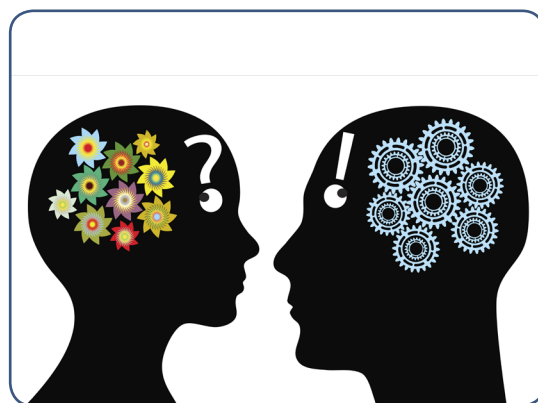
Nesse processo de desenvolvimento e consolidação de sua prática, alguns fundamentos e conceitos foram se tornando representativos e ganhando um significado que a distingue de outras áreas de atuação. Encontramos estes conceitos durante o trabalho de investigação tanto clínico quanto institucional.

Um destes conceitos é o termo **modalidade de aprendizagem** que representa o que vai se revelando durante o diagnóstico. Por meio deste caracterizamos a forma singular com que as pessoas se aproximam e se relacionam com os objetos de aprendizagem, e que está ligado intimamente com a ideia da subjetividade. Segundo Fernandez (2001, p. 107):

Em cada um de nós, podemos observar uma particular “modalidade de aprendizagem”, quer dizer, uma maneira pessoal para aproximar-se do conhecimento e para conformar seu saber. Tal modalidade de aprendizagem constrói-se desde o nascimento, e através dela nos deparamos com a angústia inerente ao conhecer-aprender. A modalidade de aprendizagem é como uma matriz, um molde, um esquema de operar que vamos utilizando nas diferentes situações de aprendizagem.

O espaço terapêutico que se cria pelas técnicas de investigação na clínica psicopedagógica propiciam a expressão do sujeito. E, assim, configura-se a modalidade de aprendizagem, uma forma particular que abre para a possibilidade de compreensão, levando à intervenção. Nas instituições podemos falar de uma modalidade de aprendizagem do grupo, uma forma de comportamento que se verifica e que se instalou nos indivíduos naquele ambiente específico da instituição.

Diretamente pertinentes à modalidade de aprendizagem, outros conceitos importantes e que guiam a prática são os de **aprendentes e ensinantes**. À primeira vista, esses termos remetem à ideia de professor e aluno, porém não há relação com essas posições objetivas, mas sim com as posições subjetivas que marcam os sujeitos em cada situação de aprendizagem. De acordo com Fernandez (2001, p. 55):



O conceito de sujeito aprendente constrói-se a partir de sua relação com o conceito de sujeito ensinante, já que são duas posições subjetivas, presentes em uma mesma pessoa, em um mesmo momento. Além disso, o aprender acontece a partir desta simultaneidade. Até se poderia dizer que para realizar uma boa aprendizagem, é necessário conectar-se mais com o posicionamento ensinante do que com o aprendente. E, sem dúvida, ensina-se a partir do posicionamento aprendente.

Estes conceitos possibilitam ao psicopedagogo identificar a forma como os sujeitos em grupo ou individualmente se colocam frente a situações de aprendizagem ou de novos conhecimentos.

O **conceito de autoria de pensamento** surge como o objetivo final do processo de intervenção em psicopedagogia. Para Fernandez (2001), a **autoria de pensamento** se refere ao processo e ao ato de produção de sentidos e de reconhecimento de si mesmo como protagonista ou participante de tal produção.



Para conhecer melhor os conceitos desenvolvidos por Alicia Fernandez, entre os quais o de autoria de pensamento, consulte o livro *Os Idiomas do Aprendente* (2001). Nessa obra, a autora discute ideias fundamentais para o trabalho prático em psicopedagogia.

Ainda de acordo com Fernandez (2001), o que induz ao desbloqueio dos problemas de aprendizagem e resulta na autoria de pensamento é a consciência de que nossas ações cotidianas podem nos levar a aprendizagens significativas tanto como aprendentes quanto como ensinantes.

A psicopedagogia define essa mudança como a apropriação pelo sujeito de suas aprendizagens. Portanto, essa ideia é chamada de autoria de pensamento e designa a atividade consciente dos indivíduos sobre os objetos de aprendizagem.

A autoria de pensamento é uma das ideias mais importantes no trabalho de intervenção da prática em psicopedagogia, pois se relaciona à construção de conhecimento, um processo que leva os indivíduos a modificarem ativamente suas ideias e comportamentos, seja este processo feito em grupo ou individualmente.

4.2.1 Conhecendo o campo de trabalho da psicopedagogia

A psicopedagogia atua no campo das relações em que se situam os processos de aprendizagem. Pode-se afirmar que aprendemos em todo momento, não importa quando ou onde. A escola como instituição educacional, porém, tem se mostrado como o campo de trabalho no qual a atuação da psicopedagogia, tanto clínica quanto institucional, é mais frequente. Ao organizar e sistematizar os conteúdos do conhecimento humano, a escola cria formas de avaliar a aprendizagem e a aquisição de conhecimentos, que correspondem a uma política educacional e, com isso, busca validar seus instrumentos. Corresponder aos critérios de avaliação escolar torna-se, também, uma forma de responder aos parâmetros sociais vigentes. Parâmetros que não consideram o indivíduo e suas formas particulares de aprender, mas um critério de avaliação pre-determinado – e que se pretende para todos.



A psicopedagogia clínica colabora para a inserção dos indivíduos na escola, não exatamente, os adaptando ou os ajustando ao sistema escolar, mas considerando a relevância desse sistema na transmissão e produção do conhecimento para os sujeitos e sua inclusão social.

Diversas podem ser as metodologias de ensino e aprendizagem adotadas, o que está em jogo para a psicopedagogia é a inclusão dos indivíduos a partir de suas próprias modalidades de aprendizagem e da elaboração de metodologias mais adequadas aos alunos, e não os alunos adequados às metodologias.

Fora do meio escolar, encontramos a procura pelo trabalho da psicopedagogia clínica para resolver problemas de aprendizagem não observados durante o período escolar e que perduram nas etapas seguintes da vida. Dificuldades de atenção e concentração, de melhoria na expressão gráfica (incluindo a escrita) e na compreensão de textos durante a infância e a adolescência, podem vir a se manifestar na idade adulta, em outros contextos. Da mesma maneira, a questão da orientação profissional e vocacional pode também contar com um parecer psicopedagógico aliado ao trabalho do psicólogo.

O trabalho de investigação se processa por meio da elaboração das hipóteses que vão sendo colocadas em campo e avançando junto com os resultados, tanto na avaliação quanto na intervenção, conforme veremos a seguir.

4.2.2 A investigação em psicopedagogia: o método clínico

Conforme apresentamos neste texto, o processo de trabalho na psicopedagogia se traduz em uma investigação, por meio do processo de avaliação e diagnóstico, para revelar e intervir sobre os aspectos que levam os sujeitos, ou grupos, a um bloqueio ou obstáculo à aprendizagem. Aprendizagem esta que possibilita durante a intervenção o encaminhamento da construção de um novo conhecimento e as mudanças necessárias aos comportamentos.

O método clínico é um método de trabalho de intervenção terapêutica que busca a compreensão do indivíduo e da sua modalidade de aprendizagem, e assim a possibilidade de superação das dificuldades apresentadas nos indivíduos.

A respeito do método clínico, Visca (2010, p. 140) esclarece: “[...] clínica é, sim, no sentido de perceber o sujeito como ele é: diagnosticar este sujeito, trabalhar com este sujeito mesmo que seja um grupo ou uma comunidade, aceitando este sujeito como ele é.”

O método clínico na psicopedagogia, de acordo com Visca (2008), segue o modelo de investigação que já vinha sendo usado por Piaget e seus colaboradores nas pesquisas em epistemologia genética, no qual o investigador faz uso da observação, da conversação e de operações (ações) efetivas e concretas. Verifica-se por meio da expressão da linguagem verbal, do discurso, e, ao mesmo tempo, das capacidades de raciocínio e pensamento, na clínica, em **provas e testes**, a relação do sujeito com o objeto de aprendizagem. Mais do que um resultado esperado, o objetivo é propiciar uma situação controlada, observada e registrada pelo profissional, que possa permitir ilustrar o processo de aprendizagem. Com os grupos instituídos os instrumentos mais eficazes são as entrevistas e dinâmicas em grupo.



Nos estudos de Piaget, as provas e testes fazem parte do que se chama **diagnóstico operativo** e têm por objetivo avaliar o raciocínio lógico em função da faixa etária e do desenvolvimento intelectual. A psicopedagogia se utiliza dessas atividades como um importante referencial teórico e prático para o diagnóstico.

Importante frisar que o método clínico individual parte da observação do sujeito, do conhecimento de sua história para, em uma sequência de encontros, proceder à avaliação e diagnóstico. O foco é o indivíduo e as dimensões (emocional, cognitiva e social) que o formam em ação no meio. Segundo Weiss (2008, p. 30):

Busca-se organizar os dados obtidos em relação à sua vida biológica, intrapsíquica e social de forma única, pessoal. Nessa visão estaríamos subordinando o diagnóstico ao método clínico, ao estudo de cada caso e particular. Busca-se do clínico exatamente a unidade, a coerência, a integração que evitariam transformar a investigação diagnóstica numa colcha de retalhos com a simples justaposição de dados ou com mera soma de resultado de testes e provas.

Assim, o trabalho da psicopedagogia clínica constitui-se por uma abordagem focada no indivíduo e uma prática organizada a partir de suas peculiaridades apresentadas. Avalia-se para o trabalho clínico a situação de aprendizagem de onde partiu a identificação do problema, a história pessoal e suas modalidades de aprendizagem, o que o sujeito mostra durante o processo.

Assim como na clínica, também nas organizações, não há um roteiro fechado para a investigação; ele é personalizado ou adequado às peculiaridades de cada caso, em uma combinação que o profissional, após o reconhecimento do campo, avalia como mais adequada a cada caso.

4.2.3 A construção de conhecimento por meio de hipóteses

Todo o processo na prática psicopedagógica, seja ela clínica ou institucional, se baseia e se orienta pela elaboração de hipóteses. Durante o processo de avaliação e diagnóstico, a compreensão do problema inicial vai se construindo na forma de ideias a serem trabalhadas na intervenção.

Chamamos de hipóteses a essas noções que vão se revelando conforme se constrói o entendimento da situação, momento durante o qual as diferentes e complementares dimensões vão aparecendo. Os caminhos e decisões sobre instrumentos e recursos para a intervenção vão se delineando de acordo com estas hipóteses.

O conceito de modalidade de aprendizagem, por exemplo, vai se construindo dessa forma e mostrando o comportamento dos indivíduos ao longo dos encontros. É importante ressaltar que as hipóteses vão se formando ao longo do processo e dependendo da qualidade da interação psicopedagogo com os indivíduos.

Todo o processo representa uma construção de conhecimento em relação à aprendizagem para os sujeitos acerca de si mesmo, para os sujeitos em grupo, assim como para o psicopedagogo acerca da situação com a qual se confronta. É um processo de aprendizagem sobre o aprender. Cada situação, organização social ou sujeito individual é único e demanda do psicopedagogo uma nova construção a cada caso.



As hipóteses, ou hipóteses de trabalho, vão se formando e transformando durante o processo de avaliação, diagnóstico e intervenção, por meio das ações do sujeito cognoscente e das técnicas utilizadas pelo profissional. Podemos dizer que as hipóteses indicam, ou são projeções, a respeito dos limites e possibilidades de entendimento sobre as dificuldades identificadas no problema.

Nesse aspecto, particularmente, lembramos dos alunos com dificuldades de aprendizagem e que apresentam necessidades educacionais especiais. A entrada destes alunos na escola regular abre um novo campo de atuação para a psicopedagogia clínica e/ou institucional.

Além disso, o estudo sobre a inclusão destes alunos na escola vem ampliando os conhecimentos da psicopedagogia ao mostrar novas e diferentes formas de aprender e a necessidade de novas estratégias de ensino e aprendizagem, não só aos alunos com deficiências físicas ou de comportamento, mas a todos, e da escola enquanto instituição de ensino, em uma perspectiva de educação inclusiva. Na sequência, veremos alguns aspectos que apontam para possibilidades dessa prática.

4.3 Psicopedagogia clínica e inclusão escolar

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais tem trazido desafios à educação, principalmente por colocar em evidência a necessidade de repensar os métodos de ensino vigentes. A política nacional de inclusão escolar obriga às escolas a receberem alunos com deficiências físicas, intelectuais ou de comportamento. Chegamos a essa política por força de um **movimento internacional**, que se iniciou nos anos 1980, nas conferências internacionais da Unesco (UNESCO, 1994).



Para saber mais sobre este movimento e as políticas e documentos que os sustentam visite os *sites* da Unesco (1994) e do Ministério da Educação (BRASIL, 2007). No *site* do MEC, você terá acesso à legislação e saberá mais sobre as implicações da educação inclusiva nas práticas escolares e pedagógicas.

Entre os princípios que regem a educação inclusiva está o da educação para todos como um direito de cada cidadão ao acesso e ao conhecimento partilhado pela escola, sem restrições. Para as escolas por força da lei, mais do que por um movimento das próprias escolas está implícito o questionamento sobre as práticas pedagógicas, assim como das formas de convivência em seu ambiente (BRASIL, 2007).

Após muitas discussões, recentemente decidiu-se chamar os alunos com deficiências de **alunos com necessidades educacionais especiais** (NEE) devido justamente à necessidade de se encontrarem meios e formas para incluir estes educandos na rotina escolar, junto com os demais. O conhecimento sobre as deficiências, ou com os alunos NEE, tem trazido para a escola um repensar sobre as práticas pedagógicas vigentes e, mais ainda, uma aproximação benéfica com um mundo desconhecido de possibilidades de aprendizagem. Em outras palavras, significa uma mudança de posição da pedagogia na escola ao buscar adequar as práticas aos alunos NEE, e não mais os alunos às práticas.

4.3.1 Somando forças: a contribuição da psicopedagogia clínica para a educação e a escola inclusiva

A contribuição da psicopedagogia à inclusão escolar pode ser considerada em dois níveis complementares e simultâneos:

1

No nível individual do aluno, os conhecimentos da psicopedagogia sobre as relações dos sujeitos e as formas de aprender aportam à escola novos elementos para que criem condições de aprendizagem para todos os alunos, inclusive, independentemente de suas deficiências e dificuldades. Essa busca por uma pedagogia inclusiva conta muito com as contribuições de estudos psicopedagógicos que identificam modalidades de aprendizagem, tanto individuais quanto coletivas.

2

No nível institucional, que se refere à entrada de novos conhecimentos sobre o aprender humano na escola, e como os profissionais lidam com esta mudança de paradigma em relação aos métodos de ensino e aprendizagem. Neste sentido os profissionais da educação colocam-se na posição de permanentes **aprendentes** e não somente de **ensinantes**.



Ao trabalhar com estes dois conceitos, a psicopedagogia posiciona os profissionais da educação não somente como ensinantes, mas como aprendentes em relação aos alunos NEE. Somos todos aprendentes e ensinantes em muitos e diferentes momentos da vida.

4.3.2 Diferenciando as necessidades educacionais especiais

No contexto da educação inclusiva, em que a máxima “**somos todos diferentes**” guia a pesquisa por uma metodologia inclusiva para todos, a ideia da diferença ganha novos contornos.



O vídeo *Ensinar e aprender: nem tudo depende da didática*, traz uma entrevista com a professora Maria Teresa Mantoan, que se dedica a pesquisar sobre a inclusão escolar. Seu depoimento questiona os padrões de ensino e aprendizagem afirmando que a diferença é o que iguala todos os alunos, sejam deficientes ou não.

Na prática clínica em psicopedagogia, partimos da ideia de que cada indivíduo tem sua própria maneira de aprender, relacionada as suas experiências que, desde o nascimento, constroem sua história pessoal, sua subjetividade.

Como vimos anteriormente, a prática de diagnóstico e intervenção em psicopedagogia vem desvelar a relação dos sujeitos com os objetos de aprendizagem para encontrar a **modalidade de aprendizagem** de cada um. No aspecto emocional, o desejo de aprender liga-se à motivação para interagir com o mundo e os outros, enquanto no aspecto cognitivo os esquemas de aprendizagem se ligam à descoberta de capacidades e habilidades. Assim, é evidente a importância das interações – que na escola são mais intensas – como um impulso fundamental para aprender e desenvolver-se de forma plena.



© Denis Kuvaev // Shutterstock

Ao investigar as diferentes relações com os objetos de aprendizagem, a psicopedagogia abre um campo de conhecimentos sobre o aprender e suas diferentes modalidades e potencialidades, somando forças para a construção de uma escola inclusiva. Ropoli *et al.* (2010, p. 8) comenta sobre a ideia das diferenças para uma educação inclusiva:

A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças. Nas escolas inclusivas, ninguém se conforma a padrões que identificam os alunos como especiais e normais, comuns. Todos se igualam pelas suas diferenças! A inclusão escolar impõe uma escola em que todos os alunos estão inseridos sem quais quer condições pelas quais possam ser limitados em seu direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, e sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os exclua das suas turmas.

Principalmente no que se referem às deficiências físicas da ordem dos sentidos (visão, audição e fala), essas limitações apresentam também diferentes formas de interação com o meio, porém não uma dificuldade cognitiva. Dessa forma, é preciso pesquisar por metodologias eficientes para que a interação destes alunos com os objetos de aprendizagem venha do conhecimento de suas modalidades de aprendizagem, aliado às peculiaridades de suas condições físicas.

O trabalho com deficientes intelectuais por meio do conhecimento de seu potencial e limitações na investigação psicopedagógica esclarece e fornece elementos para sua inclusão escolar. Ao considerar as interações como impulso e motivação para aprender, percebemos que as diferenças não estão visíveis, mas aparecem nas relações e representam a contribuição dos estudos da psicopedagogia.

É preciso que, críticas a modelos e filosofias à parte, reconheçamos a possibilidade de inserção que a escola, como instituição socialmente consolidada, traz para os indivíduos aos quais era antes recusada.

Ao abirmos espaço para todas as possibilidades de aprender, é preciso considerar também os aspectos éticos que envolvem as relações humanas, como veremos no tópico a seguir.

4.4 Ética no trabalho psicopedagógico clínico

Em um trabalho que tem por objeto o ser humano, ou ser cognoscente, em suas particularidades e sua inserção social, o conceito de ética se impõe como fundamental. Há toda uma delicadeza e sensibilidade que devem estar presentes ao abordar o indivíduo, sua família e a escola durante o trabalho psicopedagógico.

Enquanto área da filosofia, a ética discute os princípios e valores morais que regem a conduta humana em grupo. E significa um conjunto de princípios, construído socialmente, que rege a conduta humana. Nesse caso, não corresponde a um julgamento moral sobre o certo ou o errado, ou sobre o bem e o mal, mas se refere a esse conjunto de valores, que pode variar de uma cultura para outra. Guareschi (1995, p. 15) comenta as relações sociais em relação à ética:

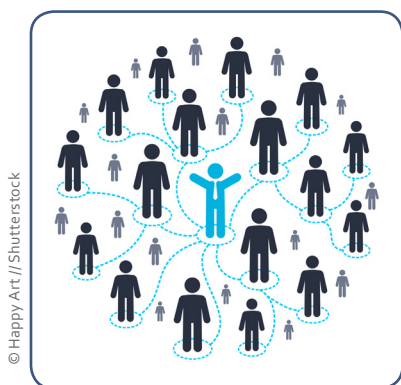
No momento em que falamos em ser humano, o entendemos como um ser humano resultado de milhões de relações. Esse ser humano é sempre pessoal e socialmente ético. Quando falamos de ética, falamos de ética de relações, pois é somente às relações (conosco, com os outros seres humanos e com a natureza) que se pode aplicar o adjetivo ético por que as relações que ele estabelece são éticas. Não existe, é incompreensível o *puro indivíduo*, isolado e separado de tudo. Nós nos fazemos e nos constituímos através de relações, e a essas relações se atribui especificamente o adjetivo ético. Alguém é ético ou antiético se age bem ou mal em relação a algo ou alguém.

Dessa forma, em sua conduta profissional, a psicopedagogia deve observar o contexto das relações em que atua, ou seja, a organização e seus grupos, a escola, a família e o indivíduo. Em relação a este último, não importa a idade, o respeito às potencialidades e aos limites de cada um, pois não é só um princípio que fundamenta o trabalho, mas também um preceito ético.

Considerando que a psicopedagogia entra em cena quando se trata da questão da não aprendizagem, da inadequação aos métodos escolares à abordagem dos indivíduos, devemos considerar suas relações e seus limites de atuação profissional.

4.4.1 A teia de relações que envolve a prática em psicopedagogia clínica

Os indivíduos estão inseridos em uma teia de relações que conformam sua vida. Dessa teia, participam a família, a escola, a sociedade e a cultura. A cultura, como um conjunto de expressões e valores próprios a uma sociedade, molda e dá sentido às experiências da vida. A vida em sociedade é própria do ser humano.



O trabalho em psicopedagogia clínica, ao focar o ser humano em todas as suas dimensões, revela e entra em contato com a teia que conduz o comportamento. Para compreendermos o ser cognoscente e suas formas de agir e pensar, investigaremos os elementos que compõem sua teia de relações e como eles se posicionam frente a elas.

O trabalho com crianças em situação de escolaridade impõe ao psicopedagogo a troca de conhecimentos com a educação de uma forma mais ampla, ressaltando os aspectos dos métodos de ensino e aprendizagem, mas também o quadro político e social no qual a educação está inserida.

Os limites da atuação do profissional também colocam o psicopedagogo em uma teia de relações, tanto no nível dos saberes e conhecimentos, quanto no de sua atuação. O contato com as famílias e suas diferentes configurações e valores, o contato com as escolas em suas diferentes propostas pedagógicas e métodos de ensino, participam dessa teia.

4.4.2 Código de ética profissional sob a perspectiva clínica

Os códigos de ética profissionais indicam os princípios segundo os quais determinada profissão deve se basear. Neles, estão delimitadas as fronteiras de atuação em relação a outras áreas profissionais, o respeito à própria área de conhecimento e, no caso da psicopedagogia, a todas as relações que o profissional estabelece. A esse respeito, o Artigo 10.º do Capítulo III, do Código de Ética Profissional do Psicopedagogo estabelece que:

O psicopedagogo procurará desenvolver e manter boas relações com os componentes de diferentes categorias profissionais, observando para esse fim, o seguinte:

- a) trabalhar nos estritos limites das atividades que lhe são reservadas;
- b) reconhecer os casos pertencentes aos demais campos de especialização, encaminhando-os a profissionais habilitados e qualificados para o atendimento (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA, 2001, s. p.).

O desenvolvimento da área de estudos e as responsabilidades do profissional são também marcadas no Artigo 11, Capítulo III do Código, tem-se que:

São deveres do psicopedagogo:

- a) manter-se atualizado quanto aos conhecimentos científicos e técnicos que tratem da aprendizagem humana;
- b) desenvolver e manter relações profissionais pautadas pelo respeito, pela atitude crítica e pela cooperação com outros profissionais;
- c) assumir as responsabilidades para as quais esteja preparado e nos parâmetros da competência psicopedagógica;
- d) colaborar com o progresso da Psicopedagogia;
- e) responsabilizar-se pelas intervenções feitas, fornece definição clara do seu parecer ao cliente e/ou aos seus responsáveis por meio de documento pertinente;
- f) preservar a identidade do cliente nos relatos e discussões feitos a título de exemplos e estudos de casos;
- g) manter o respeito e a dignidade na relação profissional para a harmonia da classe e a manutenção do conceito público (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA, 2001, s. p.).

Importante notar que a psicopedagogia vem tentando se firmar como área acadêmica por meio do estabelecimento de cursos de graduação e pós-graduação, o que fortalece cada vez mais as bases teóricas que sustentam a prática.

4.4.3 A psicopedagogia e as relações humanas

A psicopedagogia trata das relações, das relações das pessoas entre si e com a aprendizagem. Seja ela clínica ou institucional todo o processo se dá nas relações, é uma disciplina do humano e para o humano. Não se trata de um estudo sobre capacidades, habilidades ou competências, vai além, incidindo na compreensão das interações dos indivíduos em seus aspectos, emocionais, cognitivos e sociais. Por fim, é importante considerar que os seres humanos estão permanentemente em relação uns com os outros e em sociedade, e que essas relações conformam suas experiências e seus comportamentos.

Os conhecimentos se constroem socialmente, na cultura, e variam conforme ela muda. Os valores também variam com a cultura e são, por sua vez, construídos nos contextos culturais.

Ao longo deste estudo, buscamos destacar as contribuições da psicopedagogia clínica para a prática e fundamentação da psicopedagogia institucional. Mais do que contribuir, os fundamentos, conceitos e métodos desenvolvidos para a clínica são a base para a prática nas instituições. Cabe ao profissional conhecer e saber se utilizar estes fundamentos, assim como de toda a experiência acumulada durante os anos de prática.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. Código de Ética Profissional do Psicopedagogo. **Documentos e Referências**, ABPp, [s. l.], nov. 2001. Disponível em: <www.abpp.com.br/documentos_referencias_codigo_etica.html>. Acesso em: 25/07/2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Portaria Ministerial n. 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria n. 948, de 9 de outubro de 2007. Disponível em: <peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>. Acesso em: 08/09/2016.
- ENSINAR e aprender: nem tudo depende da didática. **UnivespTV**, vídeo, 13min36s. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=ubKm6lc7Ce8>. Acesso em: 08/09/2016.
- FERNANDEZ, A. **A Inteligência Aprisionada**. Porto Alegre: Artmed, 1991.
- _____. **Os Idiomas do Aprendente**: análise das modalidades ensinantes em famílias, escolas e meios de comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- GUARESCHI, P. Ética e relações sociais: entre o existente e o possível. In: JAQUES, M. G. C. *et al.* **Relações Sociais e Ética**. Porto Alegre: Abrapso-Regional Sul, 1995.
- PAÍN, S. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1985.
- PICHON-RIVIÈRE, E. **Teoria do Vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ROPOLI, E. A. *et. al.* A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva. Brasília, MEC/SEE; Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2010.
- SILVA, M. C. A. **Psicopedagogia**: em busca de uma fundamentação teórica. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- UNESCO. Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática em educação especial, Salamanca, Espanha, jun. 1994. Disponível em: <www.direitoshumanos.usp.br/index.php/UNESCO-Organiza%C3%A7%C3%A3o-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-para-a-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ci%C3%A4ncia-e-Cultura/declaracao-de-salamanca-sobre-principios-politica-e-pratica-em-educacao-especial.html>. Acesso em: 08/09/2016.
- VISCA, J. **Clínica Psicopedagógica**: epistemologia convergente. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2010.
- _____. **O Diagnóstico Operatório na Prática Psicopedagógica**. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2008.
- _____. **Psicopedagogia**: novas contribuições. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- WEISS, M. L. L. **Psicopedagogia Clínica**: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.